



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia**

ALINE GIL PEREIRA SOARES

ENTREGADORES POR APLICATIVO E A COVID-19:
precarização, organização coletiva e perspectivas de regulamentação

Brasília – DF

2023

ALINE GIL PEREIRA SOARES

ENTREGADORES POR APLICATIVO E A COVID-19:

precarização, organização coletiva e perspectivas de regulamentação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia pelo Departamento de Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Colturato Festi

Brasília – DF

2023

Dedico ao Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e Teoria Social, pelos imensos aprendizados, inspiração e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por Ele ter assumido o controle da minha vida e por ter me guiado em todos os caminhos. Agradeço à Ele por ter me preenchido com discernimento e sabedoria e por ter me oferecido tantas oportunidades. Sou muito grata pela Universidade de Brasília por ter me acolhido e me capacitado.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu professor orientador, Prof. Ricardo Festi e ao Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e Teoria Social, por todo apoio, incentivo e confiança. Agradeço a minha família e amigos, especialmente a Beatriz Bento, a quem o destino me uniu desde primeiro dia de aula na universidade e, hoje, é minha maior parceira, amiga e inspiração.

Por último, mas não menos importante, agradeço a toda confiança recebida pelos entregadores que desde 2020 apoiaram a mim e o grupo no desenvolvimento das pesquisas, principalmente o Abel Santos, líder da Associação dos Trabalhadores Por Aplicativos e Motociclistas do Df e Entorno (ATAM-DF).

RESUMO

O presente estudo possui como principal finalidade expor a trajetória da intensificação da precarização do trabalho de entrega por aplicativo durante a pandemia de Covid-19 para um debate ampliado sobre a regulamentação do trabalho por plataforma no Poder Legislativo e, posteriormente, no Poder Executivo. Nesse sentido, este trabalho inicialmente observa, a partir da pesquisa documental realizada no Congresso Nacional, de que forma o pleito da categoria dos entregadores foi contemplado pelo Poder Legislativo no período de março de 2020 a maio de 2022. Observou-se que a partir das paralisações do Breque dos Apps buscou-se atender, no âmbito legislativo, as demandas emergenciais de assistência da categoria durante a pandemia. A necessidade de um enquadramento jurídico adequado foi discutida, na época, mas como algo secundário.

Contudo, as paralisações tiveram tamanha relevância que, em 2022, houve a inserção da situação dos entregadores por aplicativo nos planos de governo dos principais candidatos à Presidência da República. Com o resultado das eleições e a vitória de Lula (PT) contra Jair Bolsonaro (PL), a regulamentação passou a ser prioridade do governo. Desse modo, o debate ganhou projeção no Ministério do Trabalho e Emprego e gerou novos desafios, como a participação efetiva da categoria na construção da regulamentação e a consolidação de uma proposta que atenda a heterogeneidade do grupo.

Palavras-chave: Regulamentação; Trabalho por plataforma; Entregadores.

ABSTRACT

The main objective of this study is to expose the trajectory from the intensification of the precariousness of delivery work by application during the Covid-19 pandemic to an expanded debate on the regulation of work by platform in the Executive Power and later in the Executive Power. In this regard, this work initially observes, based on the documentary research carried out in the National Congress how the claim of the couriers, as well as their working conditions were addressed by the Legislative Power in the period from March 2020 to May 2022. It was noticed that due to the Breque dos Apps the Legislative Power aimed to address the emergency demands of couriers during the pandemy. The necessity of a legal framework was discussed, but as a secondary topic.

However, the stoppages were so important that, in 2022, the situation of couriers by application was included in the government plans of the main candidates for the Presidency of the Republic. With the results of the elections and the victory of candidate Lula (PT) against Jair Bolsonaro (PL), the regulation became a government priority. In this way, the debate gained prominence in the Ministry of Labor and Employment and generated new challenges, such as the effective participation of the category in the construction of regulation and the consolidation of a proposal that meets the heterogeneity of the group.

Keywords: Regulamentation; Platform work; Delivery Workers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eixos temáticos.....	17
Tabela 2 - Volume de proposições apresentadas por mês/ano	19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Eixo Temáticos.....	18
Gráfico 2 - Contagem por partidos	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano de Governo de Jair Bolsonaro (PL)	25
Figura 2 - Captura de Tela do Instagram @tretanotrampo.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA	13
2. CONDIÇÕES DO TRABALHO DE ENTREGA DURANTE A PANDEMIA	15
3. PESQUISA DOCUMENTAL NO CONGRESSO NACIONAL	17
4. LOBBY, EMPRESAS E A REGULAÇÃO DO TRABALHO POR PLATAFORMA	22
5. REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE ENTREGA POR APLICATIVO COMO AGENDA POLÍTICA	25
6. PERSPECTIVAS DOS ENTREGADORES SOBRE O DEBATE	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

Os entregadores por aplicativo desde o início da pandemia foram reconhecidos como categoria essencial por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Contudo, apesar de sua essencialidade, eles sofreram, entre outras dificuldades, o aumento da jornada de trabalho desacompanhada de um aumento nos rendimentos, além da alta exposição ao risco de contaminação pelo coronavírus.

Nesse sentido, a pandemia evidenciou o quanto essa categoria carece de um enquadramento jurídico que garanta o mínimo de direitos e garantias, pois o trabalho por plataforma não é contemplado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em razão do não reconhecimento de vínculo trabalhista pelas empresas. Isto abre brecha para a extração máxima de mais valor desses trabalhadores, baixas remunerações e quase nenhuma assistência jurídica.

Diante desse cenário, ocorreram, de maneira inédita em todo o país, no dia 1º de julho de 2020, as manifestações denominadas “Breque dos Apps”, que demonstrou a organização coletiva dos trabalhadores e denunciou a insustentabilidade das condições de trabalho a que vinham sendo expostos, bem como o agravamento da precariedade do trabalho em razão da pandemia.

A partir de uma pesquisa documental feita no Congresso Nacional, foi possível observar de que forma o pleito da categoria foi contemplado durante o período de pandemia no Poder Legislativo a nível federal. A pesquisa foi realizada no período entre 18 de março de 2020 e 23 de maio de 2022, a fim de mapear todos os projetos de lei que apresentavam relação com a categoria aqui analisada no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Além da pesquisa documental, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com stakeholders identificados como relevantes na articulação do pleito dos entregadores com o poder público.

Por meio da pesquisa desenvolvida, foi possível identificar um aumento expressivo de projetos de lei que contemplavam o pleito dos entregadores por aplicativo durante o período das paralisações, o que demonstrou a força coletiva como grupo de pressão sobre o poder público na formulação de políticas públicas voltadas à categoria. A maioria das proposições apresentadas buscavam trazer direitos e garantias aos entregadores durante a pandemia, o que foi de suma importância dada a emergência vivenciada. Contudo, é importante observar que os direitos previstos nos projetos voltados ao contexto da pandemia de Covid-19 colocam uma

data de validade às garantias estabelecidas, discutindo pouco soluções e regulações a longo prazo para os problemas já antes enfrentados e agravados durante a pandemia. Desse modo, observou-se que diante do cenário pandêmico, somado às mobilizações realizadas pelos entregadores, como o Breque dos Apps, fomentou-se um debate sobre o trabalho por plataforma que tem raízes profundas e que demandam soluções complexas e a longo prazo, mas que diante da emergência de saúde pública, a discussão acabou ficando centrada em medidas a curto prazo.

A partir da pressão exercida sobre a esfera legislativa durante a pandemia, que tornou ainda mais alarmante a precariedade do trabalho por aplicativo, durante o ano de 2022 ocorrem as eleições gerais para Presidência da República, na qual a pressão pelo aprofundamento do debate sobre a regulamentação se repercute na agenda política dos candidatos.

Com o resultado das eleições e a vitória do candidato Lula (PT) para Presidente, busca-se cumprir a promessa de campanha pela regulamentação do trabalho por aplicativo e dá-se início a uma nova arena de disputa: o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nesse contexto, os mecanismos de articulação mudam a nível do Poder Executivo federal e são apresentadas reivindicações cada vez mais sistematizadas em busca de seguridade social e participação no debate.

Destarte, este trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo, uma breve revisão de literatura sobre a uberização do trabalho e subordinação algorítmica; no segundo capítulo, explora-se as condições de entrega durante a pandemia da Covid-19; em seguida, analisa-se a pesquisa documental realizada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; na sequência, há o aprofundamento da análise da pesquisa documental em alguns projetos de lei específicos, bem como os interesses das plataformas e o possível lobby no debate. Além disso, analisa-se a inserção do debate da regulamentação nas agendas políticas das eleições de 2022 e, em seguida, as percepções dos entregadores sobre o debate. Por fim, são apresentadas as considerações finais em relação ao trabalho.

1. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA

A definição de uberização do trabalho remete a uma “nova” forma de gestão, organização e controle do trabalho, caracterizada pelas formas de dispersar o trabalho em escalas globais sem perder o controle sobre ele e pela consolidação da figura do trabalhador como um auto gerente subordinado (ABÍLIO, 2019). Segundo Ludmila Abílio (2019), essa nova forma de gestão, organização e controle se faz possível mediante os avanços das tecnologias de automação, que permitem a subordinação algorítmica. Isto é, a uberização do trabalho é caracterizada pela subordinação do trabalhador ao algoritmo desempenhado pela empresa, desfigurando a ideia de um patrão e contribuindo para a ideia de autogerenciamento. O trabalhador não responde mais à figura de uma autoridade patronal, mas tem seu trabalho definido por um algoritmo.

No que diz respeito às características essenciais do trabalho desempenhado via as plataformas digitais, Amorim e Moda (2020) destacam a subordinação algorítmica; a posse por parte dos trabalhadores das ferramentas utilizadas em seu trabalho, tais como o celular, os dados móveis, e o veículo e, por fim, a jornada de trabalho marcada pela intermitência, com a remuneração dos trabalhadores completamente vinculada às flutuações da demanda.

Para esses autores, a utilização de plataformas em diferentes processos de trabalho aprofunda o que Marx chama de *subsunção real dos trabalhadores ao capital*, consolidando uma radicalização das formas de exploração e dominação do trabalho. Marx (1978), no capítulo VI (inédito) do livro I da obra “O capital”, descreve como os diferentes processos de produção conseguem se transformar em instrumentos de valorização do capital. Nesse sentido, a subsunção real do trabalho ocorre quando o capital modifica a forma pela qual o trabalho é executado, em especial pela utilização de novas tecnologias no processo de trabalho que incorporam o saber-fazer operário, subordinando diretamente o trabalho ao domínio capitalista ritmado pela maquinaria (AMORIM; MODA, 2020).

Também vale destacar a predominância de um discurso neoliberal empreendedor para captar a mão de obra utilizada por essas plataformas, bem como manter o domínio sobre o novo proletariado de serviços na era digital. A começar pelas terminologias utilizadas para se referir aos seus entregadores, observa-se que, no site da Uber, por exemplo, são empregados termos como “parceiros” e “colaboradores”, em vez de “trabalhadores” ou “empregados”. A utilização dessas terminologias não se dá por acaso, pois, ao negar a relação empregador-empregado, negligenciando qualquer tipo de vínculo empregatício com seus entregadores, as plataformas

digitais fomentam a imagem de uma aparente relação horizontal entre todos os participantes desta “comunidade”, bem como visam promover a ideia de que seus entregadores são “gerentes de si próprio” ou até mesmo empreendedores que meramente se utilizam da mediação entre a oferta e demanda que as plataformas digitais realizam (AMORIM; MODA, 2020).

As implicações desse discurso e dessa “parceria” se refletem no desprovidimento de qualquer vínculo empregatício, garantias, remuneração mínima e nas extensas jornadas de trabalho, pois o trabalhador se vê na eterna necessidade de aumentar o seu “capital humano”. (AMORIM; MODA, 2020). Em resumo, o discurso empreendedor visa mascarar o desprovidimento de qualquer seguridade ou garantias básicas aos entregadores, bem como deslocar essa responsabilidade para os trabalhadores, visto que esses são seus “próprios patrões”. Esse discurso propagado se assenta nos pilares do liberalismo, uma vez que “teríamos então agentes econômicos independentes que se encontram no mercado e exercem livremente suas potencialidades, o que levaria a um equilíbrio geral entre oferta e procura e à promoção do bem-estar geral” (ABÍLIO, 2019. p. 2).

Dessa forma, a jornada intermitente de trabalho ocorre por trás de uma aparente liberdade e se instaura através de mecanismos de controle sutis, que por serem realizados de maneira automatizada e sem contato direto entre as empresas e seus operários, faz com que o serviço seja prestado de maneira contínua, intensa e sem qualquer vínculo empregatício (AMORIM; MODA, 2020). Além disso, ocorre o deslocamento de todos os riscos inteiramente para o trabalhador, isentando as empresas de qualquer responsabilidade sobre a vida daqueles que diariamente estão nas ruas prestando serviços para essas.

Nesse sentido, Ricardo Antunes (2018), ao analisar os novos processos produtivos e os acidentes de trabalho, pontua que a jornada de trabalho, somada às condições precárias de trabalho, a gestão por metas e falta de autonomia contribuem para maior exposição dos trabalhadores às doenças laborais. No contexto dos entregadores por aplicativo, em específico, além de estarem altamente propensos a desenvolverem doenças e sofrerem acidentes no exercício da profissão, ainda são submetidos ao discurso de valorização de suas potencialidades individuais e de autogerenciamento, sendo desprovidos de qualquer seguro ou garantia das plataformas digitais. Assim, os riscos da atividade de entrega aumentam ainda mais no cenário de pandemia decorrente da Covid-19.

2. CONDIÇÕES DO TRABALHO DE ENTREGA DURANTE A PANDEMIA

No final do ano de 2019, em 31 de dezembro, foi emitido o primeiro alerta do governo da República Popular da China a respeito do surgimento do novo coronavírus (ALVES, 2020). Não levou muito tempo para o vírus se disseminar por outros países e chegar ao Brasil, tendo sido confirmado, no dia 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da Covid-19 em território nacional (ALVES, 2020). No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia a situação de calamidade pública internacional decorrente do novo coronavírus (MOREIRA; PINHEIRO, 2020).

Ainda no primeiro trimestre de 2020, em março o Ministério da Saúde do Brasil confirmou a primeira morte por coronavírus no país e, logo em seguida, no dia 20 de março, foi decretado estado de calamidade pública em todo território nacional (BRASIL, 2020). A partir daí, para além da implementação das normas sanitárias a serem seguidas a fim de evitar a proliferação do vírus, também foi definido o rol de atividades essenciais, que não seriam suspensas durante o período de calamidade citado, no qual o trabalho dos entregadores por aplicativo pôde ser contemplado através dos incisos XII e XXII do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Em adição às medidas citadas, o Governo do Distrito Federal também determinou, a partir do dia 18 de março de 2020, o fechamento de shoppings, parques, boates, casas noturnas, feiras, clubes recreativos e zoológicos, restringindo a circulação de pessoas nesses espaços.

Em pesquisa realizada em Brasília, organizada pela Central Única dos Trabalhadores, com os entregadores por aplicativo, foi relatado que após a instauração do cenário de pandemia no país somada à deterioração da economia nacional e seus reflexos no aumento do desemprego e da informalidade, houve um aumento do contingente de trabalhadores cadastrados nessas plataformas digitais de entrega (CUT, 2021). Além do aumento do número de trabalhadores via tais plataformas digitais, a startup colombiana Rappi calculou um aumento de aproximadamente 30% no número de pedidos em toda a América Latina, demonstrando, assim, um aumento significativo da demanda no continente como reflexo das normas implementadas que restringiram a circulação de pessoas e funcionamento dos comércios (REUTERS, 2020). No Distrito Federal, foi constatado ainda um aumento da jornada de trabalho acompanhada de uma queda relativa nos rendimentos dos entregadores, em relação ao período anterior à pandemia. Essa mesma relação pôde ser observada em outros estados brasileiros através da

pesquisa realizada pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR), em 2020, que entrevistou 298 entregadores em 29 cidades do Brasil (ABÍLIO, 2020).

Além dos riscos intrínsecos ao exercício da profissão, tais como os acidentes de trânsito, a violência urbana, desgaste físico, entre outros, adiciona-se à categoria a exposição diária ao coronavírus. Além dos riscos apresentados, vale destacar as condições de trabalho precárias sob as quais os entregadores já estavam submetidos e que pioraram no decorrer da pandemia. Entre elas, salienta-se a forma de assalariamento dos motoristas, baseado no pagamento por peça ou tarefa e o desprovisionamento de qualquer seguro ou garantia mínima (AMORIM; MODA, 2020).

Diante desse cenário, ocorreram de maneira inédita, no dia 1º de julho de 2020, as mobilizações coletivas desses trabalhadores por todo país, sendo tais paralisações denominadas por eles mesmos como “Breque dos Apps”. Em seguida, no dia 25 de julho de 2020 foram realizadas novas manifestações. Estes movimentos tiveram como principais demandas o aumento dos valores mínimos por entrega, fim de bloqueios indevidos, entrega de equipamentos de proteção individual (EPIs), concessão de seguro contra roubo e seguro de vida, criação de pontos de apoio e garantia de uma renda mínima, por exemplo.

Tendo em vista as manifestações ocorridas, foi possível observar algumas repercussões no Congresso Nacional em decorrência do cenário de calamidade pública, bem como das paralisações dos entregadores.

3. PESQUISA DOCUMENTAL NO CONGRESSO NACIONAL

O período de calamidade pública no Brasil foi marcado por dois principais atos normativos. O primeiro foi Decreto Legislativo Nº 6, de 2020, que reconheceu o estado de calamidade no País. O segundo, foi o Decreto Nº 11.077, de 20 de maio de 2022, que revogou uma série de decretos, incluindo o Decreto nº 10.659/2021, que instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19. A partir dessa última publicação, foi considerado, ao menos normativamente, o fim do cenário de calamidade pública no País.

Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa documental na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durante o período compreendido entre as duas publicações mencionadas, isto é, entre 18 de março de 2020 e 23 de maio de 2022. O monitoramento consistiu em acompanhar e compilar em uma planilha as proposições apresentadas nestas casas legislativas a respeito dos entregadores por aplicativo no período citado, classificando os projetos de lei em 11 eixos temáticos.

Tabela 1 - Eixos temáticos

Tema	Conteúdo
Covid-19	Propostas de direitos, garantias, distribuição de EPI's, renda mínima, pensão especial, entre outras
Trabalhista	Apresenta a implementação de direitos trabalhistas básicos, tais como seguro de vida, afastamento remunerado e previdência
Regulação	Propõe um marco regulatório para o setor e/ou alteração na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
Pontos de apoio	Criação de espaços contendo banheiro, espaço para refeição, internet e ponto de recarga de celular;
Tributação	Concede isenção de impostos sobre a aquisição de veículos destinados ao trabalho por plataforma;
Dados e identificação	Disponibilização de dados e identificação do entregador;
Bloqueios e desligamentos	Institui regras para o desligamento de trabalhadores vinculados às plataformas e comunicação de bloqueios;
Tarifa	Dispõe sobre o percentual retido pelas empresas;

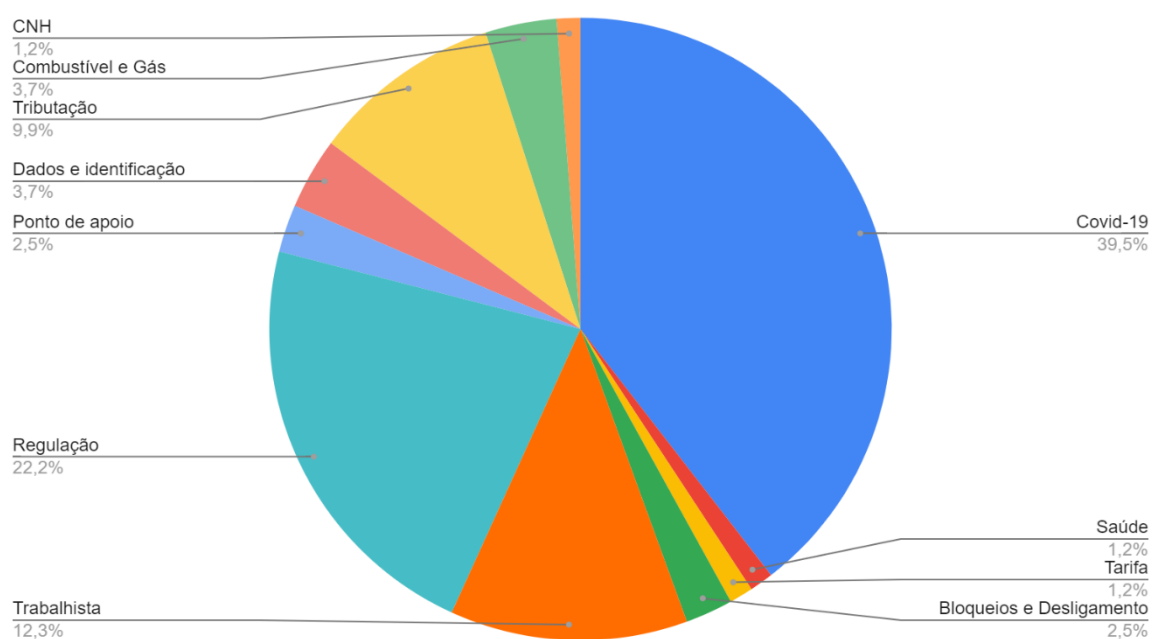
Saúde	Inclusão dos entregadores entre os grupos prioritários na vacinação contra a gripe;
Combustível e gás	Institui espécies de auxílio combustível e gás para trabalhadores de plataforma;
CNH	Dispõe sobre a isenção de taxas referentes à renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a entregadores por aplicativo.

Fonte: elaboração própria com base no levantamento feito na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

No Congresso Nacional, foram monitorados um total de 81 projetos de lei. Destes, 82,7% são de origem da Câmara dos Deputados e 17,3% de origem do Senado Federal. Entre os projetos, os temas de maior predominância foram Covid-19, Regulação e Trabalhista.

Gráfico 1 - Eixo Temáticos

Contagem de Eixos temáticos



Fonte: elaboração própria com base no levantamento feito no Congresso Nacional.

Vale destacar que dos 81 projetos monitorados, 10 foram apresentados no mês de julho de 2020, logo após o primeiro Breque dos Apps, realizado no dia 1º de julho de 2020 e o segundo Breque, realizado em 25 de julho. A partir disso, é possível observar a repercussão da manifestação e da pressão popular sobre o Congresso Nacional. Nota-se também, a partir dos

temas de maior percentual, como Covid-19, Trabalhista e Regulação, as tentativas de contemplar as reivindicações apresentadas pelos entregadores no âmbito legislativo federal.

Tabela 2 - Volume de proposições apresentadas por mês/ano

MÊS	2020	2021	2022
Fevereiro	0	1	1
Março	3	3	4
Abril	11	7	4
Maiο	2	3	3
Junho	5	3	0
Julho	10	2	0
Agosto	7	1	0
Setembro	2	5	0
Outubro	1	0	0
Novembro	0	2	0
Dezembro	0	1	0

Fonte: elaboração própria com base no levantamento feito no Congresso Nacional

No ano de 2020, observam-se dois picos de apresentação de projetos de lei relacionados aos entregadores por aplicativo: abril e julho. Tendo em vista que o decreto de calamidade pública foi publicado em meados de março, os debates no Congresso Nacional se intensificaram em abril a respeito da reorganização das mais diversas formas de trabalho em razão do isolamento social e restrições comerciais. Não obstante, foi nesse cenário que o PL 1165/2020, de autoria do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP) foi apresentado, que “dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19)”. Outros de caráter semelhante foram apresentados, incluindo os entregadores no rol de profissionais prioritários na vacina contra gripe, distribuição de EPIs, medidas de prevenção de contágio de Covid-19 durante a realização de entregas, entre outras.

Já o segundo pico de apresentação de propostas de lei, conforme mencionado, ocorreu logo após o primeiro Breque dos Apps, realizado no dia 1º de julho de 2020, tendo sido a maioria dos projetos de julho apresentados entre a primeira e segunda semana do mês, ainda sob o calor da pressão das manifestações.

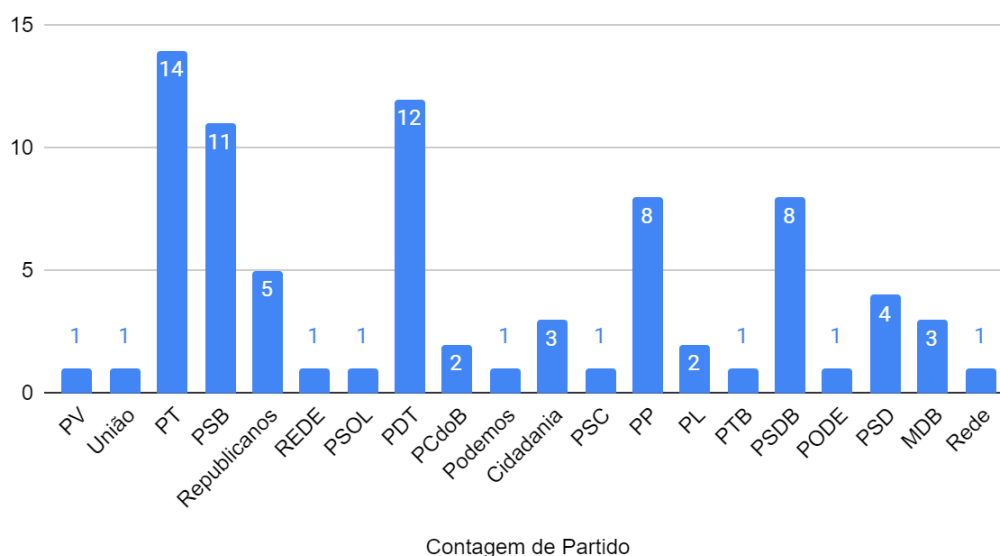
Enquanto no mês de abril de 2020, o tema predominante foi a Covid-19, o mês de julho é marcado pela predominância do tema de Regulação nas matérias apresentadas, expressando esboços de uma tentativa de marco legal para o trabalho por plataformas. Foi nesse contexto,

que foram apresentados os PL 3758/2020 e PL 3754/2020, que “Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda”, de autoria da Deputada Tabata Amaral, à época pelo PDT/SP e Alessandro Vieira, à época pelo Cidadania/SE, respectivamente.

Já em 2021, o volume de projetos de lei apresentados se concentra em abril, quando ocorrem em São Paulo novas paralisações, no dia 16/04, a fim de evidenciar, novamente, a insustentabilidade do trabalho precário e reivindicar o fornecimento de equipamentos de segurança mínima, como álcool gel e máscaras para proteção contra a Covid-19 (ROSSI, 2021). Além disso, se tratar de uma categoria de trabalho tido como essencial, também exigiram prioridade na política de imunização contra a doença. Vale destacar que foi em 2021 que se iniciou o cronograma de vacinação contra a Covid-19, destinando as primeiras remessas aos profissionais da saúde, grupos de risco (idosos e pessoas com comorbidades) e gradativamente trabalhadores essenciais. Não obstante a esse cenário, a maior parte das matérias apresentadas no mês de abril de 2021 se enquadravam no tema da Covid-19, dispondo justamente sobre a inserção dos entregadores Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

Por fim, o ano de 2022 teve o monitoramento limitado ao Decreto Nº 11.077/2022, que revogou a pandemia, em maio. Desse modo, o baixo volume de proposições apresentadas se dá, nos primeiros dois meses do ano, do recesso legislativo. Em abril, os 4 projetos apresentados trataram de temas diversos, como contratos CLT para o trabalho de entrega e delivery por aplicativo (Regulação), combate ao trabalho infantil nas plataformas (Trabalhista), isenção de IPI e IOF na aquisição de transportes destinados ao exercício da profissão (Tributação) e medidas de proteção ao trabalhador de entrega (Trabalhista).

Em relação às siglas dos autores proponentes dos projetos de lei levantadas no período, observa-se que o pleito da categoria dos entregadores por aplicativos foi levantado, majoritariamente, por partidos de centro-esquerda, como o PT, PDT e PSB, seguidos pelo PP e PSDB, vide gráfico baixo.

Gráfico 2 - Contagem por partidos**Contagem por partidos**

Fonte: elaboração própria com base no levantamento feito no Congresso Nacional

Ademais, em linhas gerais sobre o conteúdo dos projetos analisados no período mencionado, destaca-se que, em sua maioria por se tratarem da pandemia de Covid-19, assumindo um caráter emergencial com a categoria de trabalhadores objeto das proposições apresentadas, foi instaurado um certo prazo de validade aos direitos que estavam sendo propostos, como foi o caso do PL 1665/2020. O projeto, aprovado em março de 2022, teve sua aplicação inócua em função da Portaria GM/MS nº 913 de 22 de abril de 2022, que “Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020”.

Observa-se, ainda, que dos 32 projetos do eixo “Covid-19”, apenas o PL 1665/2020 foi transformado em lei, outros 22 foram arquivados em sua maioria devido à prejudicialidade da matéria, seja porque estava apensada ao PL aprovado e transformado em Lei, ou por perda de objeto em função do fim do cenário de calamidade pública.

Nesse sentido, embora o tema “Regulação” também tenha sido amplamente discutido para mudanças a longo prazo, não chegou a representar um volume tão expressivo quanto o de matérias direcionadas à Covid-19 e, ainda assim foi preciso se atentar bastante à íntegra do que estava sendo apresentado para não cair em armadilhas que aparentam, pela curta ementa mostrada, atender aos interesses do trabalhador, como foi o caso do PL 3758/2020 e do PL 3754/2020, que “Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda”.

4. LOBBY, EMPRESAS E A REGULAÇÃO DO TRABALHO POR PLATAFORMA

Do ponto de vista das empresas, um dos principais atores desse debate, destacam-se dois aspectos: a reconhecida necessidade de uma nova regulamentação e o lobby desses atores. A começar pela reconhecida necessidade de nova regulamentação, em matéria publicada pelo The New York Times sobre o chefe-executivo da Uber, Dara Khosrowshahi, o executivo menciona a possibilidade de uma “terceira via” para a operação da plataforma, “sanando” as questões trabalhistas reivindicadas por motoristas e entregadores do mundo todo. Essa “terceira via” consistiria em uma modalidade de contrato flexível, mas com algumas garantias básicas (OVIDE, 2020).

Contudo, é interessante notar que, no decorrer da entrevista concedida ao jornal, Khosrowshahi (2020) de maneira muito perspicaz insere um trade-off no debate, se utilizando da seguinte provocação: é melhor termos menos trabalhadores - com mais direitos ou uma gama maior de trabalhadores - com menos garantias? Essa provocação se refletiu em âmbito nacional quando tratamos da aprovação do PL 1665/2020.

O PL 1665/2020, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL/SP), que “dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19)” é interessante analisar dois pontos: o teor da matéria e o processo de tramitação. Na íntegra, o texto propõe que as empresas contratem seguro contra acidentes e por doença contagiosa aos entregadores, bem como afastamento remunerado em caso de contaminação. Além disso, as plataformas deverão providenciar aos seus entregadores EPIs, pontos de apoio, entre outros, prevendo, inclusive, multa às empresas que descumprirem com a lei. Vale destacar que o projeto foi construído em diálogo com a própria categoria de entregadores, por meio da Associação dos Trabalhadores por Aplicativo e Motociclistas do Distrito Federal e Entorno (ATAM-DF). O projeto tramitou em regime de urgência e foi um dos únicos, dentro dos projetos apresentados na temática do Covid-19, a ser transformado em lei.

A matéria foi apresentada em abril de 2020 e teve sua urgência aprovada em agosto do mesmo ano. No dia 22 de dezembro, foi realizado acordo entre o PSOL e o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), durante a última sessão deliberativa do ano de 2020, para aprovar o texto-base deste PL e deixar os destaques em 2021. Assim, a matéria entrou como extra pauta na sessão plenária, mas após mobilização entre os partidos do centrão, o governo e o Partido Novo, a deliberação da matéria foi obstruída. O projeto ainda entrou em

pauta de Plenário três outras vezes em 2021, durante o período da realização da pesquisa, em agosto e em setembro, contudo, não foi apreciado.

Em janeiro de 2022 o projeto foi sancionado pelo Poder Executivo, com dois vetos, resultando na publicação da Lei 14.297/2022. O primeiro veto se refere ao fornecimento de alimentação aos entregadores pelas plataformas e o segundo diz respeito ao contato físico na entrega. Isto é, por instrução do Ministério da Economia o primeiro veto foi realizado por entender que as plataformas digitais de entrega funcionam à base de programas que permitem dedução do lucro tributável das empresas. Nesse sentido, ao providenciar alimentação para seus colaboradores, ficaria caracterizada renúncia de receita, sem que haja estimativa e compensação do impacto financeiro, de modo a contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (RAMOS, 2022).

Já o segundo veto foi instruído a partir de manifestação do Ministério do Trabalho, que considera que a responsabilidade de prevenir o contato físico entre o entregador e o cliente foge do controle das plataformas e, portanto, não podem ser responsabilizadas (RAMOS, 2022). Nesse sentido, caberia às empresas fornecer orientações de prevenção do contágio aos entregadores, disponibilizar equipamentos de proteção e oferecer a possibilidade de pagamento via internet, o que a lei sancionada já prevê (RAMOS, 2022).

Nesse contexto, deve ser considerado que, para além da curta vigência da lei sancionada em função da revogação do decreto da pandemia, também resultou, coincidentemente após sua sanção, na saída das atividades de entrega da Uber Eats no País, em março de 2022. O apelo que a empresa faz, de modo geral, é ao Estado, de uma perspectiva econômica de que, se aumentarem os custos de operação da empresa no país, as atividades serão interrompidas, o que pode ocasionar danos à economia do país em operação e até mesmo lesionar os consumidores desse tipo de serviço. No caso brasileiro, por exemplo, com a saída da Uber Eats, o mercado ficou mais monopolizado em função do Ifood, unicórnio brasileira, restringindo as opções de delivery aos usuários e gerando assimetrias no mercado.

Outros dois projetos recebem destaque, conforma já mencionado: o PL 3748/2020 e PL 3754/2020. De autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP) e outro coautores, o PL 3748/2020 “Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda”. Protocolado na agitação do 1º Breque dos Apps, o mesmo projeto de autoria da deputada foi apresentado, no Senado Federal, pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE), tendo sido enumerado como PL 3754/2020. Ao analisar o conteúdo das proposições, os projetos colocam a relação que se constitui entre trabalhadores e empresas globais que administram os aplicativos, estabelecendo uma modalidade que se encontra entre a CLT e o trabalho autônomo (OTTATI, 2020). A ementa

estipula um valor por hora, que não pode ser inferior ao piso da categoria ou ao salário-mínimo e incorpora à remuneração total um pagamento proporcional de férias e décimo-terceiro. Além disso, aborda o fim dos bloqueios arbitrários, seguro-desemprego e salário-maternidade.

Embora aparentemente contemplem as pautas dos entregadores, os projetos apresentam algumas contradições que devem ser colocadas em evidência. A primeira delas diz respeito ao texto. Tanto a matéria apresentada na Câmara dos Deputados, quanto o que foi apresentado no Senado Federal possuem exatamente o mesmo texto, o que leva o leitor a questionar quem de fato foi autor primário da proposição ou quem redigiu o projeto e enviou para os gabinetes mencionados. É de se suspeitar que o texto não seja de autoria de nenhum dos parlamentares, mas que tenha sido elaborado por alguém ou entidade de fora, com o intuito de conter a agitação das manifestações através de uma aparente contemplação das reivindicações apresentadas. O PL 3754/2020, do Senador Alessandro Vieira, por exemplo, até hoje não recebeu despacho no Senado para as comissões pertinentes.

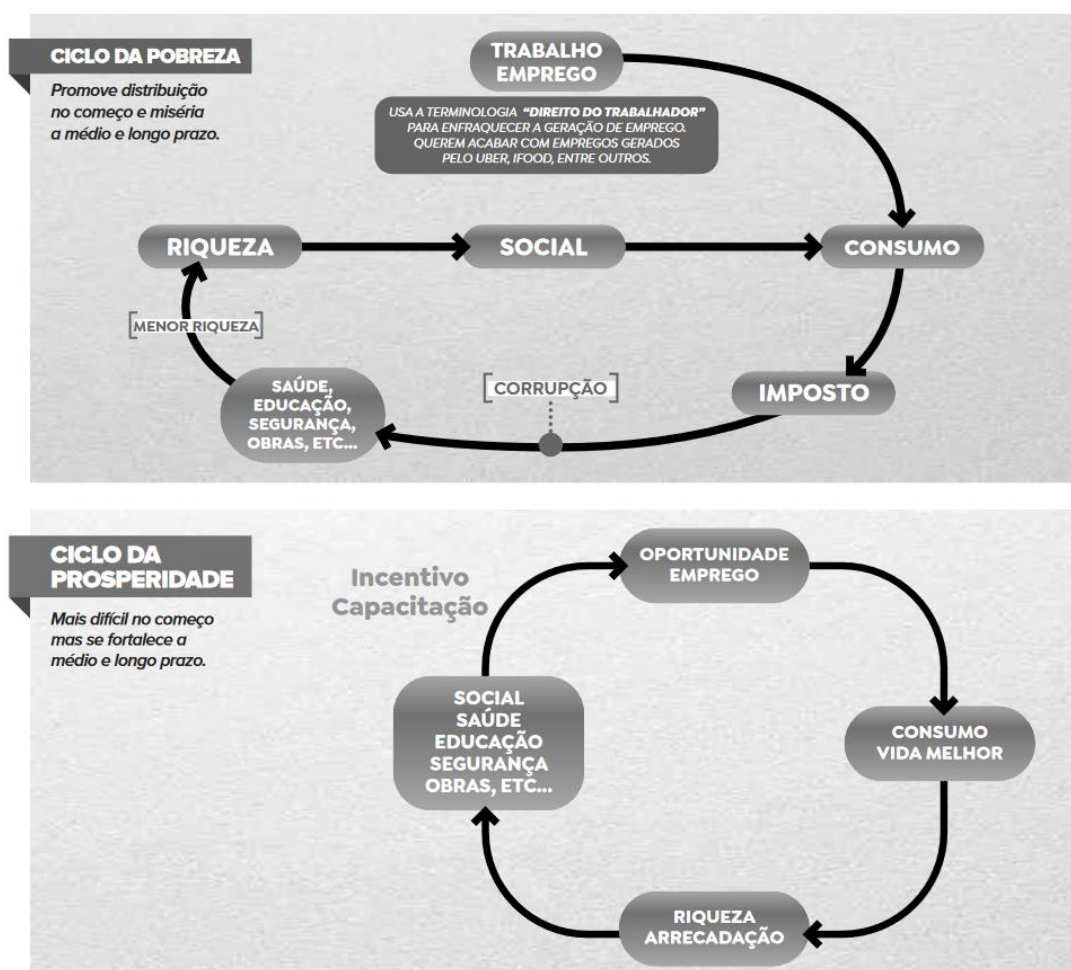
Outros riscos relativos à elaboração das propostas citadas também foram pontuados por Ricardo Festi e Renata Dutra (2020) em artigo publicado no jornal Correio Braziliense, tais como a construção de uma legislação pautada na agenda neoliberal, que não se alinha com as demandas dos trabalhadores e a institucionalização de situações precárias. O PL, em suma, mantém o sistema de uberização do trabalho, porém, fornecendo alguns direitos. Exemplo disso é a parte que diz respeito ao salário, cuja base de cálculo é o tempo efetivo de trabalho, isto é, o tempo entre o chamado da entrega e o deslocamento até o destino final, acrescido de somente 30% do valor pelo tempo de espera. Nota-se que os projetos, portanto, se enquadram numa modalidade que não é nem CLT, nem totalmente autônomo, o que parece estar bem de acordo com o discurso das plataformas digitais.

5. REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE ENTREGA POR APLICATIVO COMO AGENDA POLÍTICA

Os Breques dos Apps tiveram tamanha relevância que penetraram a agenda política de diversos candidatos à Presidência da República em 2022, o que hoje, com o resultado das eleições, pudesse fazer com que o debate saísse do campo pesquisadores-entregadores e passasse a envolver de maneira mais efetiva os próprios formuladores de políticas públicas a fim de construir uma legislação que atenda o pleito da categoria.

Como expressão da visibilidade que a luta por direitos e garantias mínimas contra a precarização do trabalho, os candidatos à Presidência da República, nas eleições de 2022, apresentaram em seus planos de governo as seguintes menções ao trabalho por plataforma:

Figura 1 – Plano de Governo de Jair Bolsonaro (PL)



Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O candidato à reeleição, Jair Messias Bolsonaro (PL), apresentou em seu plano de governo uma representação intrigante sobre dois ciclos: o de pobreza e o de prosperidade. De acordo com o então candidato, o ciclo da pobreza seria marcado por distribuição de riqueza no começo, mas miséria a longo prazo.

O que chama atenção é que em ambos os gráficos a geração de empregos é essencial, contudo, no esquema do ciclo da pobreza o emprego de direitos trabalhistas enfraqueceria as oportunidades de trabalho, acabando com o trabalho por plataforma. Também menciona a corrupção como parte do processo entre a arrecadação de impostos o desenvolvimento da saúde, educação, infraestrutura e outras obras, que tenderia a gerar menor riqueza para a população. É curioso observar também que o ciclo da pobreza apresentado não se retroalimenta, pois o fluxo não retorna ao primeiro bloco apresentado, de geração de trabalho e emprego, escapando para as pautas sociais, que se encontram no cerne do esquema apresentado sobre a pobreza.

Já no enxuto ciclo da prosperidade, o candidato destaca que é difícil no começo, mas se fortalece a médio e longo prazo. Entre as diferenças notadas, está a formatação de um ciclo que se retroalimenta em poucos blocos, que não possuem corrupção nem menções a direitos trabalhistas. Segundo o plano de governo do candidato, o modelo de gestão implementado no governo Bolsonaro sugere que a prosperidade de uma nação não está diretamente ligada a programas sociais e que necessariamente devem estar atrelados a políticas públicas que favorecem a geração de emprego, ainda que seja desprovido de direitos trabalhistas.

O candidato Lula (PT), por sua vez, apresenta em seu Plano de Governo as seguintes prioridades:

“O novo governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma **nova legislação trabalhista** de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos, aos que trabalham por conta própria, (...) **mediados por aplicativos e plataformas**, revogando os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma e reestabelecendo o acesso gratuito à justiça do trabalho.” (TSE, 2022).

“O novo governo incentivará o debate e as iniciativas de **reestruturação sindical**, que democratizem o sistema de relações de trabalho no setor público e no setor privado, urbano e rural, respeitará a autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindiais. Serão respeitadas também as decisões de financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.” (TSE, 2022).

O resultado das eleições foi a eleição de Lula (PT), com 50,90% dos votos válidos e a derrota de Jair Bolsonaro (PL), por 49,10% (TSE, 2022).

Não obstante às propostas apresentadas, Lula, assim que tomou posse, recriou o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência, pastas que durante a gestão

de Bolsonaro estavam unificadas. Nesse sentido, a escolha do nome para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi o ministro Luiz Marinho (PT), que já havia assumido a pasta nos mandatos anteriores de Lula, entre 2005 e 2007 e Ministério da Previdência entre 2007 e 2008. O ministro possui vasto histórico de negociações trabalhistas, tendo sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para além da pasta ter ficado com o Partido dos Trabalhadores (PT), partido o qual apresentou maior número de proposições voltadas aos entregadores pro aplicativo durante o período monitorado, insta destacar que o atual Ministro Luiz Marinho, desde a posse no ministério salientou que suas prioridades de gestão estão sustentadas por três pilares: valorização do salário mínimo, regulação do trabalho por aplicativos e revisão de alguns pontos da reforma trabalhista.

Nesse contexto, desde a posse do ministro estão ocorrendo intensos debates em torno da regulamentação da atividade de entrega por plataforma na pasta. No início do ano, os entregadores de plataformas digitais anunciaram mais uma paralisação para o dia 25 de janeiro. Contudo, no dia 17 de janeiro, Gilberto Carvalho, que já ocupou o cargo de chefe de Gabinete da Presidência da República no governo Lula e de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República no governo Dilma, reuniu-se com motoristas e entregadores de aplicativo em São Paulo, sinalizando o início de uma negociação com o governo sobre o conjunto das demandas apresentadas (DELGADO; CARVALHO, 2023).

Na ocasião, os entregadores foram convidados a também participar de evento em Brasília, no dia seguinte, e apresentar suas propostas. Em ato de boa-fé, diante da abertura para negociação e diálogo, a greve anunciada foi suspensa e, no dia 18 de janeiro, o ministro comparou as condições de trabalho dos entregadores a um regime de escravidão moderna (GADELHA, 2023). A declaração foi dada durante cerimônia com sindicalistas no Palácio do Planalto, que contou com a presença do presidente Lula. Durante a cerimônia, foi anunciado que em breve seriam criados grupos de trabalho para reavaliação das legislações trabalhistas (GADELHA, 2023).

Ainda no mês intenso de janeiro, ocorre no dia 19, reunião entre o Ministro do Trabalho, centrais sindicais e lideranças de entregadores, na qual a posição do governo defendida sobre a regulação do trabalho por aplicativo focou na criação de uma espécie de seguro saúde e inclusão dos trabalhadores na previdência social. Tal posição foi defendida transversalmente com o Ministério da Fazenda, na figura de Fernando Haddad (PT), que no Fórum Econômico Mundial reforçou que o governo quer regularizar a situação de motoristas e entregadores por aplicativo, principalmente a previdenciária (MATOS, 2023). Na ocasião de encontro com o ministro

Haddad, presidente global da Uber, Dara Khosrowshahi, concordou com a inclusão dos trabalhadores de aplicativo no INSS, com a participação das empresas na contribuição, modelo que a Uber tem defendido desde 2021 (MATOS, 2023).

Dos encontros realizados em janeiro, foi tratada a criação de Grupos de Trabalho (GTs) para discutir salário mínimo e trabalho em aplicativos. As propostas do Grupo de Trabalho devem ser apresentadas em 45 dias (NUZZI, 2023). O Grupo de Trabalho Tripartite sobre a regulação do trabalho por aplicativo teve sua mesa instalado, de fato em 5 de junho de 2023, em atendimento ao Decreto nº 11.513, de 1º de maio de 2023. O grupo é formado por representantes do governo, empresas e trabalhadores. O objetivo final do GT é ouvir todas as partes e chegar a uma proposta de regulamentação para o trabalho por plataforma. Ao todo, compõem o grupo 45 membros, sendo 15 do governo federal, 15 representações dos trabalhadores e 15 representantes das empresas.

Contudo, vale destacar que todos os membros do GT que representam os trabalhadores são representações sindicais, como a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Apesar de relevantes, nota-se que as representações mencionadas não são representações específicas dos entregadores ou de outros trabalhadores por plataforma, portanto, contemplam a organização sindical em prol da luta dos trabalhadores de modo geral, apegados às leis trabalhistas já consolidadas pela CLT e não vivenciando as peculiaridades do trabalho em plataforma na forma que se encontra.

Entre as reuniões do início do ano e a recente instalação do Grupo de Trabalho, os entregadores, por meio de suas entidades associativas, se movimentaram e passaram a publicar manifestos com suas percepções sobre a regulamentação. O primeiro manifesto lançado ocorreu em 12 de fevereiro, no canal do Ralf MT no YouTube, voz da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativo (ANEA)¹. Durante a live de lançamento, que contou, além do youtuber Ralf MT, com a participação de Nicolas, da Associação dos Motoboy, Motogirls e Entregadores de Juiz de Fora (AMMEJUF) e Zuppo Motoboy.

Durante a live, as lideranças destacaram que o lançamento do manifesto vem em resposta ao debate que está no governo sobre a regulamentação, criticando principalmente a

¹ Fundada em dezembro de 2022 pelo mineiro Nicolas Souza Santos, junto com outras lideranças dos entregadores, a Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativos (Anea) é um coletivo horizontal que busca congrega representantes da categoria de todo o país. O objetivo principal da aliança é articular mobilizações e pautas unificadas, em vez de resistências pontuais e pulverizadas (RODRIGUES, 2023).

falta de diálogos com os entregadores para a construção de proposta de regulamentação, apenas com as centrais sindicais.

“O governo já vai regulamentar, você querendo ou não, não importa. Ninguém aqui escolheu regulamentação. Já vai regulamentar. Já vai regulamentar porra, você querendo ou não. O que a Aliança dos Entregadores, que somos nós e mais algumas pessoas está pedindo, é para o governo deixar a gente participar do processo de implantação. Se a gente não for lá e ficar na mão deles, ó vocês tão ó, a gente né, tá tudo ferrado. Tem que agradecer a gente que conseguiu, com muita luta. A gente ameaçou a greve e só desistiu porque eles abriram o espaço. Eu fui pra Brasília com o Galo, com o Sorriso e outras pessoas. Vocês têm que agradecer a gente, que a gente conseguiu espaço de fala, se não ia ficar lá: aplicativo, centrais sindicais – que não é sindicato não tá? Centrais sindicais tá acima - e governo. Aí ia fazer e se der mole ainda ia culpar a gente mesmo sem a gente ter participado. Então continua aí, desculpa aí. É inédito: hoje a gente vai deixar bem claro aqui qual é a nossa proposta de regulamentação da Aliança dos Entregadores, e não foi tirada da nossa cabeça não, viu? Foi feita com muito estudo.” (RALF MT, 2023a, *online*)

Para Nicolas, representante da AMMEJUF, é essencial apresentar a proposta ao governo, tendo em vista que se os entregadores não participarem da construção, os interesses ficarão centrados nas mãos do governo e do Ifood. Do ponto de vista da liderança, o interesse do governo na regulamentação é a questão da previdência, porque em breve haverá uma gama de trabalhadores tentando se inserir no INSS e há a urgência de conter a superlotação dos hospitais do SUS em função dos recorrentes acidentes dos entregadores por aplicativo e adoecimento físico e mental.

Ainda sobre a participação dos entregadores no debate do governo sobre a regulamentação, Delgado e Carvalho (2023) realizaram entrevistas semiestruturadas em grupo focal com as lideranças dos entregadores presentes em Brasília. Na ocasião, foi pontuado por Paulo Galo² que, a categoria ainda não possui consenso entre si sobre o modelo de legislação trabalhista, mas estão tentando se unificar e entender melhor. Desse modo, considera o momento oportuno para dialogar com a categoria e o poder público e construir uma proposta mais democrática possível. “Porque a gente entende que o justo passa por nós. Não tem como dialogar sobre nós sem nós. E não existe construir justiça o governo direto com o aplicativo ou o governo com a central sindical ou o sindicato que não tenha contato nenhum com esses trabalhadores, entendeu?” (GALO, 2023 apud DELGADO; CARVALHO, 2023).

Para Delgado e Carvalho (2023), esse direito de ser incluído no debate democrático se apresenta na entrevista como critério de legitimação da construção jurídica, visto que a transformação do mundo do trabalho é intensa e complexa demais para ser abordada por aqueles que não vivenciam sua realidade.

² Líder dos Entregadores Antifascistas.

Além disso, em pesquisas anteriores sobre a organização coletiva dos entregadores, tal como a netnografia em 20 canais do YouTube por Nina Desgranges e Wickson Ribeiro (2021), os pesquisadores observaram, a partir das falas dos entregadores uma certa descrença na ação sindical e negação à qualquer vínculo com entidades do gênero. A pesquisa foi realizada ainda no ano de 2020, quando ocorreram as primeiras manifestações, fruto da organização coletiva dos entregadores. Hoje, nota-se um maior número de associações de entregadores e trabalhadores por plataforma para reivindicação de seus direitos, contudo, nenhuma se intitula sindicato e, conforme, apontado no depoimento de Galo, há a urgência de se incluir os próprios trabalhadores por aplicativo no debate, tendo em vista que esses não se sentem representados pelas centrais sindicais gerais.

Por fim, para além do protagonismo assumido pelo Poder Executivo, vale destacar que na esfera legislativa os trabalhos não foram interrompidos, tendo sido criada, em paralelo às ações do governo federal, a Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados, que possui a Subcomissão Permanente “Trabalho por Aplicativos e Plataformas Digitais”. A Comissão de Trabalho na Câmara é presidida pelo Deputado Aírton Faleiro (PT/PA), que requereu a criação da subcomissão permanente, através do REQ 12/2023, para pensar políticas públicas sobre as condições de trabalho; alternativas legislativas possíveis para garantir a dignidade na prestação desses serviços; dimensionar o papel do empreendedorismo nessas relações e, por fim, debater o reconhecimento dos trabalhadores de plataformas no sistema de proteção social do trabalho.

Além do colegiado, foi criada, em junho, a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores por Aplicativos, presidida pela Deputada Érika Kokay (PT/DF), para acompanhar as políticas governamentais voltadas aos trabalhadores por aplicativo; promover o diálogo e as interlocuções necessárias entre a categoria e as empresas; fiscalizar políticas públicas relacionadas ao tema; promover encontros para debate da temática; articular-se com órgãos dos três poderes, bem como outras entidades empresariais e da sociedade civil, entre outros objetivos. Observa-se que em todas as instâncias percorridas, o debate está sendo conduzido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo, na condução da Frente Parlamentar e da Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados.

6. PERSPECTIVAS DOS ENTREGADORES SOBRE O DEBATE

Conforme apontado, o debate em torno da regulamentação do trabalho por aplicativo atualmente se encontra centrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tem sido alvo de críticas pela categoria devido ao protagonismo sindical nos assentos do debate em detrimento da escuta da categoria nas ruas. Tais críticas e desconfianças em relação à ação sindical já haviam sido pontuadas na netnografia realizada por Desgranges e Ribeiro (2021), na qual puderam observar a descrença que os entregadores sentem em relação à ação sindical, a negação de vínculo com essas entidades e o medo do envolvimento sindical em busca de uma futura regulamentação do trabalho, por acreditarem que a bandeira do sindicato seria a regulamentação do trabalho por plataforma nos moldes da CLT. A título de exemplificação da negação aos movimentos sindicais, segue o trecho da fala do entregador influencer Ticoloko, que mesmo concordando com a precarização do trabalho apontada pela liderança sindical, procura se distanciar de qualquer vínculo com sindicatos.

“Tá ligado, que nem eu ouvi o áudio aí do presidente do sindicato, do Gil, tá ligado, quem me conhece aí sabe que eu não faço coligação com sindicato, com a [Associação de Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil] AMABR, nada, tá ligado, não faço, não sou da associação, não sou de sindicato, não sou nada, eu sou motoboy por mim mesmo, tá ligado, eu ando com as minha perna... Mas ele mandou um áudio lá que, mano... eu tenho que concordar com ele, pai... Quer dizer que agora os motoboy vale a pena? Quer dizer que agora os motoboy são os herói? Até um tempo atrás os motoboy tavam sendo caçados aí nas ruas... Não concordo 100% do que ele fala nos áudio né mano, mas... Em questão disso dos aplicativo querer ganhar em cima da gente, eu concordo” (TICOLOKO MOTOKA, 2020b, *online* apud DESGRANGES; RIBEIRO, 2021).

Já em relação à vinculação da imagem dos sindicatos a necessariamente uma regulamentação do trabalho nos moldes CLT, Desgranges e Ribeiro (2021) não só observaram um contexto de enfraquecimento das instâncias coletivas, de descrença na ação sindical, como também perceberam um a um reforço do autogerenciamento de si no trabalho (ABILIO, 2019, DESGRANGES, 2021). Mencionaram, ainda, em sua netnografia, a fala de Márcio Juvino, dono do canal Entregador de Lanches em janeiro de 2020, antes dos Breques dos Aplicativos, que relatou que foi testemunha da IFood contra o Ministério do Trabalho pois não desejava que o trabalho por aplicativo fosse enquadrado no regime CLT. Márcio Juvino alegou que não gostaria de perder a liberdade para trabalhar em outros aplicativos e a flexibilidade de horário para trabalhar (DESGRANGES; RIBEIRO, 2021). Desse modo, para o entregador youtuber, o discurso do sindicato não iria de acordo com o desejo da maioria dos entregadores.

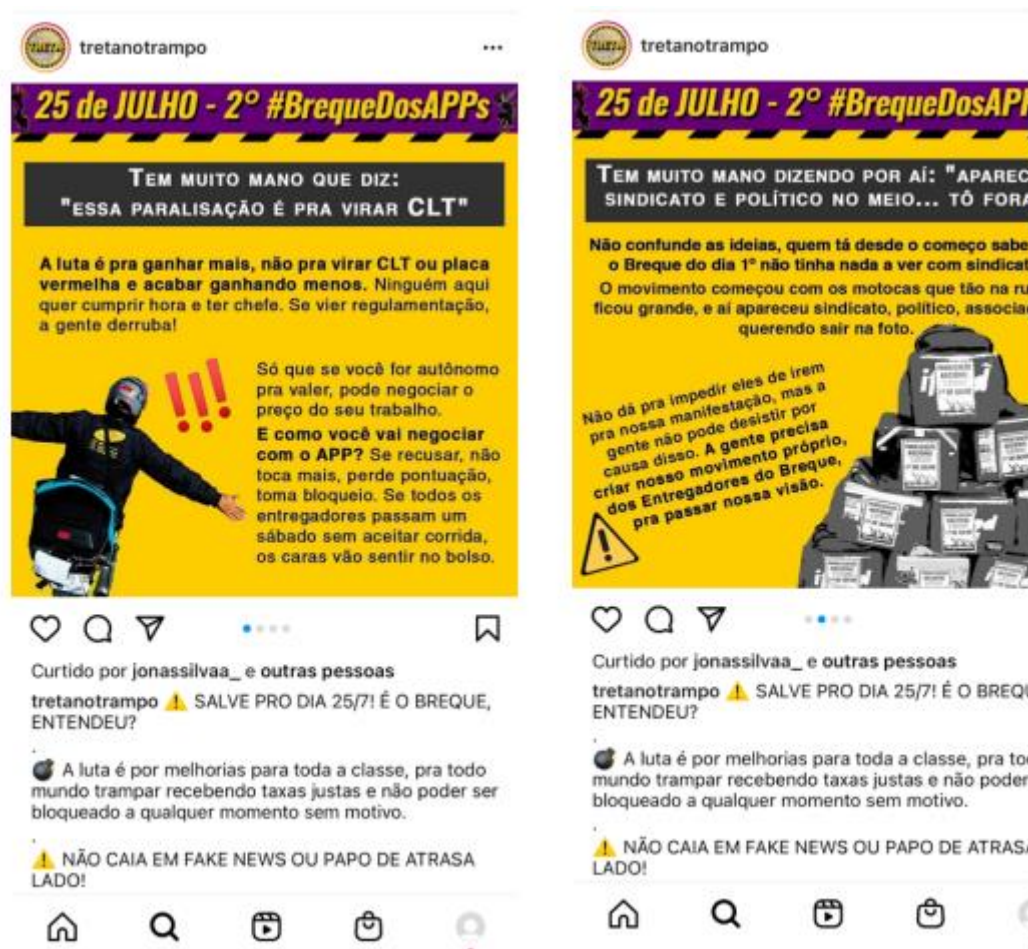
“Né, então tem coisa que o sindicato quer tomar frente mas na realidade não é o que a rua pede, então, por eu acreditar nisso, por acreditar que não vai funcionar eu fui defender o pessoal do iFood, fui defender o que eu acredito, né, fui defender o que eu

acho mais correto, fui defender o que a maioria quer, que não é ficar preso em aplicativo não, certo manos? Eu garanto pra vocês, se a intenção do sindicato fosse a melhoria pra categoria, se a intenção do sindicato fosse essa, eles teriam que ver o lado de quem tá na rua, sai pra rua mano, sai pra rua, vem trocar ideia com os cara na rua, entendeu? Que que os cara quer? Não é assim mano, a forma que foi feito foi muito, no meu ponto de vista, foi muito por interesse próprio. Na realidade o sindicato não tem, ele não tem aquela...aquela coisa de querer realmente ajudar o trabalhador, pelo menos nessa ação é o que eu vejo, é mais interesse próprio. Então sai pra rua, que que os cara quer? Os caras quer uma taxa justa, uma taxa mínima, é um tempo de espera... Por que que o sindicato não briga por isso? Por que que quer brigar por CLT, sendo que é uma coisa que ninguém quer, né?” (ENTREGADOR DE LANCHES, 2020, *online* apud DESGRANGES; RIBEIRO, 2021).

A fala do dono do canal Entregador de Lanches teve forte apoio nos comentários contra os sindicatos. Entre as principais críticas, estava a arrecadação por parte dos sindicatos, supostamente interessados somente no enriquecimento próprio e a queda do valor pago aos próprios entregadores, que já consideram as remunerações baixas (DESGRANGES; RIBEIRO, 2021).

Outro exemplo da tendência antissindical demonstrada na pesquisa de Desgranges e Ribeiro (2021) foi a notícia veiculada no jornal Folha de São Paulo (SOPRANA; BRIGATTI, 2020) sobre o primeiro Breque, que retratou as paralisações como uma “manifestação sindicalista” devido ao engajamento dos membros da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMBR). Nesse contexto, para a convocação do segundo Breque, foi preciso reforçar que a manifestação não almejava a regulamentação do trabalho via CLT, e que, o movimento não tinha relação com sindicatos ou partidos políticos, conforme consta na figura abaixo:

Figura 2 - Captura de Tela do Instagram @tretanotrampo



Fonte: Perfil no Instagram @tretanotrampo (2020)

Insta destacar que o perfil no Instagram @tretanotrampo foi um dos principais meios de divulgação dessas pautas, com posts explicativos para outros entregadores e consumidores, tendo inclusive divulgado cartilhas com instruções para os clientes que desejassem apoiar o Breque (DESGRANGES; RIBEIRO, 2021).

No decorrer dos anos seguintes aos primeiros Breques, foi produzido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Observatório Social (IOS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), o relatório “Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores por aplicativo em Brasília e Recife”, em 2021. Nesse relatório, por meio de entrevistas semi-estruturadas, foi possível coletar as percepções dos entregadores por aplicativo sobre a profissão.

Durante as entrevistas realizadas na pesquisa (2021), os entregadores entrevistados ponderaram vantagens e desvantagens da profissão. Entre as vantagens, destacaram que o trabalho de entregador para plataformas digitais de delivery possibilitava conciliar o trabalho e a vida familiar, o que gerava o sentimento de liberdade e autonomia, além de uma fonte de

complementação da renda (CUT, 2021). Outras vantagens assinaladas foram em relação aos rendimentos, indicando que a atividade de entrega acaba sendo melhor que as outras opções disponíveis. Já em relação às desvantagens, pontuaram os muitos riscos aos quais são submetidos e a ausência de direitos trabalhistas, além das baixas remunerações, jornadas exaustivas e humilhações no trabalho (CUT, 2021).

Apesar das vulnerabilidades apontadas, os níveis de satisfação respondidos durante as entrevistas predominaram “bom” e “regular” entre as opções (CUT, 2021). Na argumentação, destaca-se o fato de que essa tem sido uma das raras alternativas de ocupação e de renda disponíveis. Também foi levado em consideração o fato de o entregador “fazer seu próprio horário”, o que reforça o lado das vantagens da “autonomia” do trabalhador.

Nesse sentido, ao questioná-los sobre a preferência de um emprego com carteira assinada ou o trabalho como autônomo, a maioria dos respondentes apontou a primeira opção (CUT, 2021). Quando questionados a respeito da regulamentação do trabalho de entregadores por aplicativos no Brasil, se havia preferência por ser empregado celetista ou permanecer autônomo, prevaleceu nas respostas a primeira opção, enquanto uma minoria expressiva disse preferir a segunda, e poucos respondentes disseram não ter opinião formada, o que vai na direção contrária da pesquisa que o Ifood afirmou ter feito, na qual a preferência seria contrária aos regimes celetistas (IFOOD, 2023).

“Isso implica na necessidade de uma regulação diferente. O modelo de regulação das atividades não serve mais para essa nova realidade. Aqui no iFood a gente não avalia se a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] é boa ou ruim. Nós temos a convicção de que ela não serve para regular o trabalho por aplicativo. Escutamos essa convicção dos próprios trabalhadores. Em uma série de pesquisas rodadas nos últimos três anos, eles apontam: 2 em cada 3 trabalhadores de aplicativo não querem o modelo CLT.” (IFOOD, 2023)

Desse modo, a partir das percepções coletadas no relatório da CUT (2021), nota-se que as opiniões sobre o tema da regulamentação do trabalho por aplicativo passam por uma transição de um autogerenciamento marcado por opiniões fortes em relação à preservação da autonomia e desconfiança das ações sindicais por associarem essas à CLT (DESGRANGES; RIBEIRO, 2021), para opiniões embora ainda divididas, mais pendentes para o lado de uma regulamentação celetista (CUT, 2021).

Já em 2023, após uma pandemia, inúmeras manifestações e paralisações, eleições gerais e consolidação de alianças e associações dos entregadores, foi lançada, em fevereiro, a “Carta da Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativo (ANEA) sobre regulação das plataformas digitais”.

O manifesto foi publicado com o objetivo de contribuir efetivamente para o debate público sobre a regulação das plataformas no Brasil, direcionando as principais reivindicações à uma futura proposta de intervenção legislativa para reconhecimento de vínculo e regulamentação dos direitos dos entregadores. A carta foi estruturada em 12 principais pontos.

O primeiro deles, a formalização da relação de trabalho, segundo a Aliança (2023) deverá ser feita através do efetivo cadastro do trabalhador na plataforma digital, permitindo-lhe trabalhar em mais de uma plataforma e “obrigando as empresas fornecer informações por meio de um sistema de escrituração digital disponibilizado pelo Governo Federal, que visa unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos trabalhadores que lhe prestam serviços remunerados” (ANEA, 2023, pp. 4).

A segunda e a terceira reivindicação é o acesso à previdência social e garantias de remuneração, respectivamente. Nesta última, propõem que a renda mensal seja composta pelo pagamento por horas trabalhadas, incluindo o tempo à disposição do aplicativo, tendo como referência mínima o valor do salário-mínimo nacional, acrescido de 30% de adicional de periculosidade e do pagamento das taxas de entregas realizadas no mês. Também acrescentam 13º salário, auxílio alimentação e férias (ANEA, 2023)

Em relação à jornada de trabalho e ao descanso semanal, clamam pela jornada flexível, que leve em consideração o tempo que o trabalhador passou à disposição da plataforma e pagamento de hora-extra a partir da 9ª hora diária (ANEA, 2023). A carta também prevê a responsabilidade por parte das empresas pelos custos e equipamentos do trabalhador (ANEA, 2023). Prevê, ainda, seguro de acidentes de trabalho, auxílio-doença e auxílio-acidente.

Além disso, demandam garantias contra os desligamentos abusivos, fornecimento de EPIs e pontos de apoio. Também pontuam entre as reivindicações a liberdade de associação profissional ou sindical de representação coletiva dos trabalhadores, com direito à negociação coletiva através desses (ANEA, 2023).

Por fim, clamam pelo direito à informação e transparência do algoritmo e registro e revisão de alguns aspectos da Lei nº 12.009 de 29 de julho de 2009 (Lei do Motoboy) para que se contemple outras formas de enquadramento jurídico.

Nota-se, de modo geral, reivindicações que são contempladas pelo modelo de trabalho celestista, contudo, sugerem a necessidade de criação de um novo modelo, que saiba conciliar a autonomia almejada com a seguridade social. No tocante à autonomia desejada, é interessante se atentar na carta à percepção do trabalho autônomo apresentada, pois nas pesquisas mencionadas anteriormente, a autonomia se relacionava a um trabalho de autogerenciamento, de liberdade de se escolher os próprios rendimentos e fazer os rendimentos dependerem apenas

de si próprio. Contudo, com o avançar das discussões, a autonomia passa a ser enxergada não como algo a ser preservado, mas algo a ser alcançado.

“À semelhança de muitas formas de trabalho que foram transformadas e precarizadas nas últimas décadas, somos formalmente considerados autônomos ou empreendedores pelas plataformas, mas, na prática, sofremos controle, avaliação e competição por tarefas. Nossa liberdade é limitada ao poder escolher quando nos conectar ao aplicativo, e essa liberdade termina ali, quando somos guiados pelo algoritmo e temos que assumir todos os riscos do trabalho. Um verdadeiro trabalhador autônomo tem liberdade para definir o preço de seus serviços, escolher a organização de seu trabalho e como prestá-lo, sempre tendo a opção de recusar serviços sem sofrer penalidades. Pela nossa experiência cotidiana no trabalho, constatamos que a autonomia é aparente e não existe, pois há mera flexibilidade de horários. [...] Defendemos uma carta de direitos trabalhistas e previdenciários, combinados com flexibilidade (e autonomia), para que os trabalhadores escolham os dias, horários e plataformas de trabalho. Temos reivindicações por regulação das peculiaridades do trabalho nas plataformas, como jornadas flexíveis, mas não acreditamos que devemos ter direitos depreciativos distintos.” (ANEA, 2023, pp. 2)

Em suma, observa-se que desconfiança sindical vem principalmente da associação ao modelo CLT, que para a maioria implicaria na perda de autonomia. Contudo, conforme apontado pela carta da ANEA (2023), a autonomia é poder dar seu valor e escolher se pode ou não aceitar o trabalho, o que não condiz na prática com o funcionamento do trabalho por plataforma no qual o gerenciamento algorítmico penaliza a recusa de entregas com sistemas de pontuação e distribuição de demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia contribuiu para colocar em evidência a categoria dos trabalhadores por aplicativo devido à sua essencialidade. No cenário de calamidade pública urge cada vez mais a necessidade de garantir o mínimo de direitos a uma gama de trabalhadores desprovidos de assistência e regulação específica da profissão. Como consequência do ápice da precariedade no trabalho durante o cenário de calamidade pública, os entregadores se unem e realizam as paralisações denominadas “Breques dos Apps”

A partir da pesquisa documental foi reconhecida a importância da elaboração de projetos que protegessem a categoria dos entregadores por aplicativo no cenário de alta exposição de riscos durante a pandemia, conforme ocorreu de maneira expressiva nas casas legislativas monitoradas. Contudo, o contexto poderia ter provocado debates mais profundos em relação à regulação e a medidas a longo prazo, visto que as garantias mínimas previstas nos projetos apresentados contemplavam medidas básicas de saúde e segurança, por exemplo, que poderiam não ter se restringido a um período tão delimitado de tempo como a pandemia, como foi o caso do PL 1665/2020.

Compreende-se, ainda, que as manifestações coletivas e a paralisação de um serviço tão essencial geraram pressão sobre os parlamentares para voltarem suas pautas aos acontecimentos populares. Nesse sentido, conclui-se que a atividade legislativa requer contínua pressão dos interessados sobre a pauta a ser defendida. Isto demanda que, para além das manifestações organizadas, também haja uma boa interlocução dos entregadores com os parlamentares, para que a categoria possa vingar seus interesses no poder público por meio de políticas que os protejam.

Dado o cenário de pressão no Congresso Nacional e a relevância do objeto de reivindicação e estudo, o tema embora não tenha sido devidamente aprofundado no âmbito legislativo passou a ser parte de promessas de governo dos candidatos à Presidência da República, nas eleições de 2022. Com o resultado da vitória do candidato Lula (PT), inicia-se, em janeiro de 2023, uma bateria de reuniões e movimentações no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego para cumprir com a promessa de campanha de priorização da regulamentação do trabalho por plataforma.

Contudo, a arena de disputa atual no Poder Executivo tem demonstrado alguns entraves no alcance de uma proposta que atenda as expectativas. O primeiro deles é a pressão das próprias empresas por uma regulamentação que não lhes cause prejuízo de operação. O segundo

é a excessiva participação sindical, que tem gerado incômodo aos entregadores por desconfiança às ações sindicais e também por não se sentirem contemplados pela figura sindical na disputa. Parte do desconforto à presença sindical nas articulações é advinda do terceiro ponto: dissenso da categoria em relação ao modelo de regulamentação a ser adotado.

A partir do que foi apresentado neste trabalho, observa-se que os direitos reivindicados estão presentes na CLT, mas o modelo em si limitaria a flexibilidade dos trabalhadores, que consideram, entre os pontos positivos do trabalho, a possibilidade de definirem seus horários para conciliarem o trabalho com outras atividades (CUT, 2021). Contudo, o modelo autônomo, optado como melhor alternativa para aqueles que não desejam regime celetista, passou por uma transição de pensamento entre a manutenção e preservação da “autonomia”, ou autogerenciamento, para *obtenção dessa autonomia*, a partir de um modelo que respeite a flexibilidade e as escolhas do trabalhador, mas que o deixe assegurado com garantias mínimas.

Hoje, o que se observa é a necessidade de um modelo novo de regulamentação, que não está nem na CLT nem no trabalho autônomo, pois nenhum dos enquadramentos parece atender as expectativas dos entregadores como um todo. Desse modo, a principal urgência no debate é a da seguridade social e reconhecimento de um vínculo para que haja direitos para esses trabalhadores, bem como um enquadramento jurídico adequado para que possam reivindicá-los.

O debate sobre a regulamentação jamais estará em paridade com as rápidas transformações do trabalho, tendo em vista que as transformações decorrentes da tecnologia se intensificam em uma velocidade ímpar. O que é, entretanto, prioritário é debater uma forma de combate à precarização do trabalho, na qual os entregadores necessitam ter respaldo na regulamentação para exigirem garantias mínimas de trabalho digno.

As céleres transformações do trabalho não vêm de forma alguma desacompanhadas de outras transformações: como as formas de organização coletiva e de consciência de classe. Apesar das desconfianças em relação aos sindicatos serem fruto de receios ligados à regulamentação, é fundamental considerar que a própria forma de organização e reivindicação de direitos não pode estar tradicionalmente ligada à luta sindical, tendo em vista que o trabalho e as formas de negociação não são as mesmas que os sindicatos possuem experiência de atuação. Por esse motivo, é importante abrir espaço para que as novas formas de associação e de luta coletiva dos entregadores tenha participação no debate sobre a regulamentação, pois a própria forma de reivindicação mudou com as transformações digitais do trabalho e com a uberização.

Quando se fala em greve, tratam-se de paralisações que antecedem uma negociação, em sua maioria mediadas pela entidade sindical com o patronato. Desse modo, esse modelo

tradicional de negociação trabalhista não se adequa à realidade do trabalhador por plataforma, tendo em vista que as paralisações, tais como os Breques dos Apps, não são sucedidas de negociações com o patrão. Afinal, como negociar com o patrão, se quem gerencia os trabalhadores é o algoritmo, e não o CEO da plataforma? Portanto, é necessário compreender as novas formas de organização coletiva, de pressão e de negociação. O Breque dos Apps pressionou o poder público a olhar para a categoria com atenção e impulsionar um debate qualificado sobre suas necessidades. A ANEA visou, através de sua Carta, unificar a pauta para agir de maneira coordenada. Todas essas são formas legítimas de organização coletiva nas quais congregam as particularidades dos entregadores por aplicativo, e não das formas de organização e negociação celetista.

Percebe-se, ainda, o amadurecimento das percepções sobre o próprio trabalho desempenhado pelos entregadores no decorrer do tempo, conforme apontado pelas pesquisas citadas, pois no começo dos Breques, observava-se um medo generalizado da perda da autonomia. Mais adiante, no relatório da CUT (2021), ocorre a manutenção do pensamento, mas somado a um dissenso entre aqueles que desejam sim um contrato CLT, outros que ainda prezam pelo trabalho “autônomo” e outros que já entendem a necessidade de um novo modelo de contrato.

Por fim, com a apresentação dos manifestos e a intensificação da luta dos entregadores por aplicativo, começa a ganhar protagonismo a consciência de que todas as reivindicações por direitos e garantias até o momento mencionadas são contempladas pela CLT, mas seria esse modelo suficiente? Por que o temor se tudo que é reivindicado está nesta lei? Como desmistificar o medo pela regulamentação e ganhar espaço no debate?

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. et al. **Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19**. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano. Vol 3, pp. 1-21. 2020.
- ABÍLIO, L. C. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas: individuo y sociedad, v. 18, n. 3, 15 nov. 2019.
- ALVES, R. **Tudo sobre o coronavírus - Covid-19: da origem à chegada ao Brasil**. Estado de Minas, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/27/interna_nacional,1124795/tudo-sobre-o-coronavirus-covid-19-da-origem-a-chegada-ao-brasil.shtml>. Acesso em: 19 out. 2021.
- ANEA. **Carta da Aliança nacional dos entregadores de aplicativos (ANEA) sobre regulação das plataformas digitais**. ANEA, 12 fev 2023. Disponível em: <<https://anea.net.br/2023/03/downloads/carta-da-alianca-nacional/>>. Acesso em: 15 fev 2023.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AMORIM, H.; MODA, F. B. **Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber**. In: Revista Fronteiras - estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 22, no. 1, 2020.
- BRASIL. **Ata de fundação e constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Aplicativos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 14 jun 2023.
- BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 6, de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Ed. 55-C. 20 mar 2020. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Decreto Nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Ed. 55-H. 21 mar 2020. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Decreto Nº 10.659, de 25 de março de 2021**. Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Ed. 58. 26 de mar 2021. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Decreto Nº 11.077, de 20 de maio de 2022**. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Ed. 96. 23 mai 2022. Seção 1, p. 4.
- BRASIL. **Decreto Nº 11.513, de 1 de maio de 2023**. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Edição Extra. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Lei 12.009 de 29 de julho de 2009**. Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1, p. 4.
- BRASIL. **Lei 14.297, de 5 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a

vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Ed. 4. 6 jan 2022, p. 1.

BRASIL. **Portaria GM/MS Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022.** Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Ed. 75-E. 22 abr 2022. Seção 1 - Extra E - p. 1.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.665, de 7 de abril de 2020.** Dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19). Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2244218>>.

Acesso em: 7 abr. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.748, de 10 de julho de 2020.** Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2257468>>.

Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.754, de 13 de julho de 2020.** Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143376>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **REQ 12/2023 CTAB.** Requer a criação de Subcomissão Especial Permanente destinada a analisar e discutir o trabalho por aplicativos e por plataformas digitais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2353555>>. Acesso em: 2 abr 2023.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais.** Jair Bolsonaro (PL). Brasília: TSE, 2022. Disponível em: < <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BR/280001618036>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais.** Lula (PT). Brasília: TSE, 2022. Disponível em: < <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BR/280001607829>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. **Eleição Ordinária 2022.** Brasília: TSE, 31 out 2022. Disponível em: <<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>>. Acesso em> 1 jun 2023.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: **Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife:** relatório técnico, 2021. ISBN 978-85-89210-72-0. <https://www.cut.org.br/acao/condicoes-de-trabalho-direitos-e-dialogo-social-para-trabalhadoras-e-trabalhador-ac01>. Acesso em: 26 set 2022.

DELGADO, G; CARVALHO, B. **O papel vindicado pelos trabalhadores plataformizados na atual agenda de governo.** Le Monde Diplomatique Brasil, 27 jan 2023. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/o-papel-vindicado-pelos-trabalhadores-plataformizados-na-atual-agenda-de-governo/>> Acesso em: 8 fev 2023.

DESGRANGES, N. **Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood.** Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, [s.l.], vol. 9, n. 2, 2021.

DESGRANGES, N; RIBEIRO, W. **Narrativas em rede: o Breque dos Apps e as novas formas de manifestação de trabalhadores em plataformas digitais**. Revista Movimentação, Dourados – MS, V.8, nº.14, 2021.

DUTRA, R; FESTI, R. **O segundo breque dos Apps**. Correio Braziliense, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2020/07/24/internas_opiniaio,874870/o-segundo-breque-dos-apps.shtml>. Acesso em: 21 out. 2021.

GADELHA, I. **Lula criará três grupos de trabalho para mudar legislação trabalhista**. Metrôpoles, 17 jan 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadella/lula-criara-tres-grupos-de-trabalho-para-mudar-legislacao-trabalhista>> Acesso em: 8 fev 2023.

IFOOD. **“A regulação do trabalho dos entregadores é prioridade em 2023”**. Ifood News, 6 fev 2023. Disponível em: <<https://news.ifood.com.br/a-regulacao-do-trabalho-dos-entregadores-e-prioridade-em-2023/>> . Acesso em 8 fev 2023.

MATOS, F. **Em Davos, Haddad discute “previdência do Uber” com CEO da empresa**. Metrôpoles, 18 jan 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/em-davos-haddad-discute-previdencia-do-uber-com-ceo-da-empresa>. Acesso em: 2 jun 2023.

MOREIRA, A. PINHEIRO, L. **OMS declara pandemia de coronavírus**. G1, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 19 out. 2021.

NUZZI, V. **Sem ‘canetaço’: Lula cria grupos para discutir salário mínimo e trabalho em aplicativos**. Rede Brasil Atual. 18 jan 2023. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/lula-centrais-sindicais-salario-minimo-trabalho-aplicativos/>>. Acesso em: 20 jun 2023.

OVIDE, S. **Uber’s Next Idea: A New Labor Law**. The New York Times, 20 ago 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/08/11/technology/uber-labor-law.html>>. Acesso em: 8 fev 2023.

RALF MT. **Carta ifood X nova Carta aliança dos entregadores (Regulamentação) Ralf MT**. YouTube, 12 fev 2023. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LdKHWUxKJCA>>. Acesso em: 1 jun 2023.

RAMOS, M. **Lei que protege entregadores de aplicativos é sancionada com vetos**. Câmara dos Deputados, 6 jun 2022. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/843435-LEI-QUE-PROTEGE-ENTREGADORES-DE-APLICATIVOS-E-SANCIONADA-COM-VETOS>> . Acesso em: 19 jul 2022.

REUTERS. **Crise do coronavírus impulsiona aplicativos de entregas no Brasil**. Exame, 17 mar 2020. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/crise-do-coronavirus-impulsiona-aplicativos-de-entregas-no-brasil/>> . Acesso em: 19 out. 2021.

RODRIGUES, R. **Trabalho Digno: novos passos da luta dos entregadores**. Brasil de Fato, 19 fev 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/19/trabalho-digno-novos-passos-da-luta-dos-entregadores>. Acesso em: 2 ago 2023.

ROSSI, A. **Milhares de entregadores de aplicativos fazem protesto em São Paulo**. Brasil de Fato, 17 abr 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/milhares-de-entregadores-de-aplicativos-fazem-protesto-em-sao-paulo>. Acesso em: 16 jun 2023.

SOPRANA, P; BRIGATTI, F. **Manifestação de entregadores de app dura sete horas em São Paulo**. Folha de São Paulo. 1 jul 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/protesto-de-entregadores-comeca-com-cerca-de-1000-motoboys-na-marginal-pinheiros.shtml?origin=folha>>. Acesso em 23 jun 2023.

ANEXOS

ANEXO I – Levantamento das proposições apresentadas no Congresso Nacional (mar/2020 – mai/2022)

Data de apresentação	Casa	Identificação	Autor	Partido	Ementa	Tramitação	Regime	Temática
20/03/2020	CD	PL 794/2020	Professor Israel Batista	PV	Regulamenta os procedimentos a serem seguidos nos serviços de entregas à domicílio (delivery) durante o período de calamidade pública devido ao coronavírus (COVID-19).	Retirado de tramitação a pedido do autor	Arquivado	Covid-19
23/03/2020	CD	PL 854/2020	Kim Kataguirí	União	Institui a isenção tributária para aplicativos de transporte e entrega em casos de pandemia.	Retirado de tramitação a pedido do autor	Arquivado	Covid-19
30/03/2020	CD	PL 1189/2020	Helder Salomão e Carlos Zarattini	PT	Estabelece garantia emergencial de manutenção de renda para motoristas autônomos, caminhoneiros, taxistas e assemelhados. Explicação: abrange entregadores e mototáxis.	Aguardando designação de relator na CDE, na CCJC e na CFT.	Urgência	Covid-19
01/04/2020	CD	PL 1553/2020	Mauro Nazif e Outros	PSB	Dispõe sobre a adoção de medidas de segurança sanitárias urgentes, relativa ao serviço de transporte remunerado de mercadoria em motocicleta, motofrete, motoboy e ciclistas durante a vigência da calamidade de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.	Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.409, de 2020, adotada pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família.	Arquivado	Covid-19

03/04/2020	CD	PL 1504/2020	Amaro Neto	Republicanos	<p>Dispõe sobre a inclusão de algumas categorias profissionais, como prioridade para campanha de vacinação contra gripe.</p> <p>Explicação: no rol de profissionais prioritários para vacinação se encontra a categoria dos motoristas entregadores de aplicativo</p>	Aguarda designação de relator na CSSF. Tramita apensado ao PL 5316/2016.	Ordinário	Saúde
06/04/2020	SF	PL 1540/2020	Fabiano Contarato	REDE	<p>Dispõe sobre o percentual máximo a ser retido pelas empresas organizadoras do serviço de prestação de transporte remunerado privado individual de passageiros.</p> <p>Explicação: "Art. 2º Esta Lei aplica-se aos serviços de entrega (delivery), inclusive por aplicação de celular, de alimentos, remédios e congêneres, bem como aos serviços e outorgas de táxi prestados por aplicação de celular."</p>	Aguarda despacho para as comissões pertinentes.	Ordinário	Tarifa
07/04/2020	CD	PL 1665/2020	Ivan Valente e Outros	PSOL	Dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Transformada na Lei Ordinária 14297/2022.	Arquivado	Covid-19
07/04/2020	CD	PL 1677/2020	Eduardo Bismarck	PDT	Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelas empresas titulares de plataformas digitais para entrega de produtos e serviços no sentido evitar o contágio de coronavírus pelos profissionais de transporte de produtos e	Arquivado	Arquivado	Covid-19

					passageiros, enquanto durar o estado de calamidade pública decretado pelo Congresso Nacional.			
09/04/2020	CD	PL 1744/2020	Paulo Pimenta	PT	Estabelece medidas para garantia de renda aos taxistas, mototaxistas, motoristas de transporte de turismo, motoristas de veículos particulares de transporte de pessoas ou produtos por aplicativos de celular e dá outras providências.	Apensado ao PL1686/2020 - Foi declarado prejudicado em função da aprovação do PL 1665/2020.	Arquivado	Covid-19
13/04/2020	CD	PL 1840/2020	Danilo Cabral e Outros	PSB	Assegura o direito à pensão por morte para os dependentes dos trabalhadores de atividades essenciais que vierem a óbito devido ao contágio do COVID-19.	Aguardando parecer do relator na CPASF	Ordinário	Covid-19
14/04/2020	CD	PL 1872/2020	Júlio Delgado	PSB	Institui a obrigatoriedade de utilização de EPIs para os prestadores de serviço de entrega domiciliar durante o período de emergência em saúde pública - COVID - 19	Arquivada. Era apensada ao PL 1665/2020 - Declarada prejudicialidade	Arquivado	Covid-19
15/04/2020	CD	PL 1903/2020	Rejane Dias	PT	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatório a distribuição de luvas e máscaras a todos os trabalhadores que prestam serviços essenciais, durante o estado de calamidade pública decorrente do coronavírus.	Desapensação automática deste do PL 1.409, de 2020, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento (Sessão Deliberativa Extraordinária de 29/04/2020 - 13h55 - 55ª Sessão).	Arquivado	Covid-19

16/04/2020	CD	PL 1947/2020	Camilo Capiberibe e Outros	PSB	Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos dependentes do trabalhador que atue em serviços públicos e atividades essenciais durante a vigência do estado de emergência de saúde pública a que se refere a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Aguardando Parecer do Relator na CPASF. Apensado ao PL 1840/2020.	Ordinário	Covid-19
16/04/2020	CD	PL 1956/2020	Camilo Capiberibe	PSB	Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos dependentes do trabalhador que atue em serviços públicos e atividades essenciais durante a vigência do estado de emergência de saúde pública a que se refere a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Aguardando Parecer do Relator na CPASF, apensado ao PL-1947/2020	Ordinário	Covid-19
04/05/2020	CD	PL 2345/2020	Mário Heringer	PDT	Exime de carência para recebimento do auxílio-doença em virtude de adoecimento por Covid-19 os trabalhadores que especifica, e dá outras providências.	Aguarda designação de relator na CTRAB, apensado ao PL-1348/2020	Prioridade	Covid-19
04/05/2020	CD	PL 2379/2020	Mauro Nazif e Denis Bezerra	PSB	Obriga as empresas que operam por meio de plataforma digital a pagar uma indenização no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao prestador de serviços externos contaminado pelo coronavírus (covid-19).	Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, adotado pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 01/12/2021 – 13h55 – 150ª Sessão).	Arquivado	Covid-19
17/06/2020	CD	PL 3384/2020	Gervásio Maia e Outros	PSB	Assegura direitos básicos aos trabalhadores profissionais que atuam como entregadores de produtos e serviços cadastrados	Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.665, de	Arquivado	Covid-19

					em empresas que operam através de plataforma de aplicativos de serviços a domicílio, no período da pandemia provocada pelo COVID - 19.	2020, adotado pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 01/12/2021 – 13h55 – 150ª Sessão).		
26/06/2020	CD	PL 3515/2020	Rubens Otoni e Outros	PT	Institui regras para o desligamento de trabalhadores vinculados às empresas que contratam serviços aplicativos virtuais.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019.	Ordinário	Bloqueios e Desligamento
29/06/2020	CD	PL 3538/2020	Rubens Otoni e Outros	PT	Dispõe sobre o afastamento remunerado dos trabalhadores vinculados às empresas que contratam serviços aplicativos virtuais.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019.	Ordinário	Trabalhista
29/06/2020	CD	PL 3516/2020	Rubens Otoni e Outros	PT	Institui obrigatoriedade de contratação de seguro de vida e automotiva por empresas que contratam serviços desta natureza por aplicativo.	Apensado ao PL 3498/2019 - Aguardando designação de relator na CVT	Ordinário	Trabalhista
30/06/2020	CD	PL 3554/2020	Rubens Otoni e Outros	PT	Dispõe sobre o acesso à Equipamentos Individuais de Proteção por trabalhadores vinculados às empresas que contratam serviços aplicativos virtuais.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019.	Ordinário	Covid-19
01/07/2020	CD	PL 3594/2020	José Airton Felix Cirilo	PT	Dispõe sobre o uso de Equipamentos e materiais de Proteção por trabalhadores das empresas que contratam serviços aplicativos virtuais e dar outras providências.	Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, adotado pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Arquivado	Covid-19

01/07/2020	CD	PL 3577/2020	Márcio Jerry	PCdoB	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para estabelecer os direitos dos empregados que prestam serviços de entrega de mercadoria por intermédio de aplicativos.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019.	Ordinário	Regulação
02/07/2020	CD	PL 3599/2020	Eduardo Bismarck	PDT	Regulamenta o serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital.	Aguardando designação de relator na CDE	Ordinário	Regulação
07/07/2020	SF	PL 3689/2020	Rose de Freitas	Podemos	Estipula obrigações contratuais para empresas de serviço de entregas (delivery) por aplicativo para com seus entregadores no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (covid-19), a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Arquivada pelo fim da legislatura	Arquivado	Covid-19
08/07/2020	CD	PLP 180/2020	Reginaldo Lopes e Outros	PT	Dispõe sobre a contribuição à Previdência Social e à aposentadoria especial dos trabalhadores e trabalhadoras de empresas de aplicativos.	Apensado ao PLP. Aguarda designação de relator na CFT	Prioridade	Trabalhista
10/07/2020	CD	PL 3748/2020	Tabata Amaral e Outros	PDT	Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019.	Ordinário	Regulação
13/07/2020	SF	PL 3754/2020	Alessandro Vieira	Cidadania	Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.	Aguarda despacho.	Ordinário	Regulação
14/07/2020	SF	PL 3786/2020	Zequinha Marinho	PSC	Dispõe sobre a concessão de benefícios aos prestadores de serviços de transporte de passageiros, durante a vigência do estado de calamidade pública, aprovado pelo Decreto Legislativo	Aguarda designação de relator na CAE. Enviado ofício ao então min. Paulo Guedes, para exame preliminar quanto à compatibilidade e	Ordinário	Covid-19

					nº 6, de 20 de março de 2020. Observação: a categoria de motofretistas foi contemplada.	adequação financeira e orçamentária.		
15/07/2020	CD	PL 3797/2020	Júlio Delgado	PSB	Institui o Marco Regulatório para Contratação de prestadores de serviços de aplicativos de entrega e motoristas.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 3577/2020	Ordinário	Regulação
28/07/2020	CD	PL 3954/2020	Renildo Calheiros	PCdoB	Dispõe sobre a proteção e assegura direitos básicos aos trabalhadores de entrega de mercadorias por aplicativos, meios telemáticos e informatizados.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019	Ordinário	Trabalhista
03/08/2020	CD	PL 4033/2020	João H. Campos	PSB	Altera a lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado motorizado e não motorizados individual de cargas.	Aguarda designação de relator na CDE	Ordinário	Regulação
04/08/2020	CD	PL 4049/2020	Deuzinho Filho	Republicanos	Dispõem sobre a obrigatoriedade das empresas de aplicativo virtual fornecerem equipamento de proteção individual a seus entregadores na proteção ao COVID-19.	Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, adotado pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Arquivado	Covid-19
05/08/2020	CD	PL 4097/2020	Luizão Goulart	Republicanos	Dispõe sobre os direitos dos entregadores ciclistas, motociclistas e motoristas de veículos de aplicativos que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº6, de 20 de março de 2020.	Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, adotado pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Arquivado	Covid-19

06/08/2020	CD	PL 4111/2020	Sergio Vidigal	PDT	Disponibiliza ponto de apoio destinado aos trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 6015/2019	Ordinário	Ponto de apoio
06/08/2020	CD	PL 4112/2020	Sergio Vidigal	PDT	Altera a Lei nº. 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e dá outras providências, para conceituar o transporte privado na modalidade delivery por aplicativos e disponibilizar ponto de apoio destinado aos trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros.	Aguarda designação de relator na CDE.	Ordinário	Ponto de apoio
12/08/2020	CD	PL 4172/2020	Henrique Fontana e Outros	PT	Dispõe sobre a criação de um novo contrato de trabalho em plataformas digitais de transporte individual privado ou de entrega de mercadorias	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 3797/2020	Ordinário	Regulação
18/08/2020	CD	PL 4241/2020	Eduardo Bismarck	PDT	Dispõe sobre a obrigação de disponibilização correta de dados dos fornecedores de serviços de entrega prestados por meio de provedores de aplicações de internet e dá outras providências.	Apensado ao PL-7522/2017 - Pronto para ir para a pauta de Plenário. Passou por uma comissão especial, cujo parecer do PL 1483/1999 se aplicou ao PL principal - PL 104/2011	Prioridade	Dados e identificação
04/09/2020	CD	PL 4477/2020	Pompeo de Mattos	PDT	Altera a Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para os automóveis adquiridos por motoristas que exerçam o transporte remunerado privado individual de passageiros e para	Apensado ao PL 10341/2018 - cujo PL principal está pronto para pauta de Plenário	Urgência	Tributação

					as motocicletas adquiridas por pessoas físicas que prestem serviço de entrega de mercadorias por intermédio de empresa de plataforma digital.			
29/09/2020	CD	PL 4749/2020	Franco Cartafina	PP	Dispõe a respeito da concessão de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros, especialmente na atividade prestada por mototaxistas e motoboys devidamente regulamentados pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.	Apensado ao PL 7276/2017, cujo projeto principal, PL 5773/2009 está pronto para pauta em Plenário.	Urgência	Tributação
20/10/2020	CD	PL 4979/2020	Neri Geller	PP	Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, para permitir que maiores de 18 anos exerçam atividades profissionais de entrega de mercadorias e “motoboy” com uso de motocicleta.	Aguardando parecer do relator na CCJC	Ordinário	Trabalhista
09/02/2021	CD	PL 358/2021	Altineu Côrtes	PL	Disciplina condições de trabalho aos ciclistas e motociclistas que prestam serviço às empresas que oferecem serviços de entrega por meio de plataformas digitais.	Aguardando designação de relator na CDE	Ordinário	Regulação
04/03/2021	SF	PL 737/2021	Kátia Abreu	PP	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, (Mobilidade Urbana), para regulamentar o transporte remunerado privado de	Arquivada com o término da legislatura	Arquivado	Regulação

					mercadorias, delivery e multidelivery, solicitadas exclusivamente por aplicativo on-line nas plataformas de comunicação em rede.			
23/03/2021	CD	PL 1014/2021	Pompeo de Mattos	PDT	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 a todos os profissionais cujas atividades são consideradas essenciais para a população.	APROVADO SUBSTITUTIVO DO PL PRINCIPAL	Arquivado	Covid-19
25/03/2021	CD	PL 1073/2021	Pedro Augusto Bezerra	PTB	Dispõe sobre a priorização dos motoristas de serviços essenciais relacionados à saúde e profissionais que fazem entrega ("delivery") para a imunização contra a COVID-19.	APROVADO SUBSTITUTIVO DO PL PRINCIPAL	Arquivado	Covid-19
05/04/2021	CD	PL 1196/2021	Pompeo de Mattos	PDT	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de entregadores, trabalhadores de transporte por aplicativos e taxista.	Apensado ao PL 5462/2020. Sujeito a o arquivamento, visto que o PL principal já foi arquivado.	Arquivado	Covid-19
05/04/2021	CD	PL 1218/2021	Alexandre Frota	PSDB	Estabelece a prioridade de vacinação para entregadores, motoristas, motociclistas e outros vinculados a aplicativos de entrega de alimentação ou mercadoria	APROVADO SUBSTITUTIVO DO PL PRINCIPAL	Arquivado	Covid-19
08/04/2021	CD	PL 1306/2021	Leo Moraes	PODE	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir nos grupos de prioridade do calendário do Programa Nacional de Imunização – PNI, os trabalhadores de aplicativos e os taxistas.	PL principal arquivado.	Arquivado	Covid-19

08/04/2021	SF	PL 1326/2021	Angelo Coronel	PSD	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para prever a inclusão de grupos de trabalhadores prioritários no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.	Aguarda parecer do relator na CAS	Ordinário	Covid-19
27/04/2021	CD	PL 1546/2021	Severino Pessoa	Republicanos	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para dar acesso prioritário à vacinação aos profissionais dos serviços essenciais.	Apensado ao PL 1154/2021. APROVADO SUBSTITUTIVO DO PL PRINCIPAL	Arquivado	Covid-19
29/04/2021	SF	PL 1603/2021	Rose de Freitas	MDB	Acrescenta art. 452-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pela Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir como intermitente os contratos firmados entre empregados e empresas que se utilizam de aplicativos ou instrumentos eletrônicos ou informatizados para intermediação de serviços de transporte de pessoas ou entrega de mercadorias e dá outras providências.	Arquivado com o término da legislatura	Arquivado	Regulação
30/04/2021	CD	PL 1154/2021	Evair Vieira de Melo	PP	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão de todos os trabalhadores das atividades essenciais, públicas ou privadas, como grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19.	Apensado ao PL 584/2021. APROVADO SUBSTITUTIVO DO PL PRINCIPAL	Arquivado	Covid-19
04/05/2021	CD	PL 1697/2021	Darci de Matos	PSD	Institui o repouso semanal remunerado dos motoristas de	Retirado de tramitação a pedido do autor.	Arquivado	Trabalhista

					transporte remunerado privado individual de passageiros e dos entregadores de mercadorias que prestam serviços por intermédio de empresa de aplicativo.			
21/05/2021	CD	PL 1909/2021	Rafafá	PSDB	Dispõe sobre a inclusão dos grupos que especifica nas prioridades de vacinação contra a COVID-19.	Apensado ao PL 4174/2020 - substitutivo	Arquivado	Covid-19
27/05/2021	CD	PL 1979/2021	Beto Rosado	PP	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos motoboys e entregadores de aplicativos como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Apensado ao PL 1218/2021	Arquivado	Covid-19
22/06/2021	CD	PL 2281/2021	André de Paula	PSD	Modifica a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, para fixar em 10 (dez) anos o período de validade do curso especializado destinados a profissionais em transporte de passageiros (mototaxista) e em entrega de mercadorias (motoboy).	Aguardando designação de relator na CTRAB	Ordinário	Regulação
28/06/2021	CD	PL 2355/2021	Bancada do PT	PT	Estabelece condições de trabalho nas atividades de entrega de produtos ou serviços por via de plataformas digitais e altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.	Aguarda parecer do relator na CDE. Apensado ao PL 3748/2020	Ordinário	Regulação
06/07/2021	CD	PL 2471/2021	Ricardo Izar	PP	Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a isenção de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas	Apensado ao PL 5148/2020 (O PL principal principal foi 5773/2019, que está pronto para a pauta de Plenário)	Urgência	Tributação

					e motonetas utilizadas para transporte de passageiros ("mototáxi") ou para entrega de mercadorias.			
11/06/2021	CD	PL 2163/2021	Bancada do PT	PT	Estabelece condições de trabalho nas atividades de entrega de produtos ou serviços por via de plataformas digitais.	Retirado de tramitação a pedido do autor.	Arquivado	Regulação
09/07/2021	CD	PL 2506/2021	Mauro Nazif	PSB	Modifica a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão, como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, os profissionais taxistas, moto-taxistas, motoboys, motoristas de aplicativos e de transporte público de passageiros.	Apensado ao PL 1196/2021	Prioridade	Covid-19
14/09/2021	CD	PL 3185/2021	Daniel Coelho	Cidadania	Dispõe sobre a comunicação prévia do bloqueio, suspensão ou exclusão dos prestadores de serviço de transporte ou de entregas das plataformas digitais	Aguardando designação de relator na CDE - Apensado ao PL 3748/2020	Ordinário	Bloqueios e Desligamento
21/09/2021	CD	PL 3233/2021	Alexandre Frota	PSDB	Ficam obrigados as plataformas digitais de entrega de qualquer tipo de mercadoria a realizar um seguro de vida em favor do prestador de serviço, funcionário ou qualquer profissional que realizam a entrega de produtos.	Aguardando designação de relator na CDE - Apensado ao PL 3954/2020	Ordinário	Trabalhista
21/09/2021	CD	PL 3235/2021	Moses Rodrigues	MDB	Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis por motoristas profissionais e cooperativas de trabalho para utilização na categoria de aluguel (táxi), por pessoas com deficiência física,	Aguardando designação de relator na CPD - Apensado ao PL 2793/2021	Ordinário	Tributação

					visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, pelos demais motoristas que prestam serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, tais como bugueiros e topiqueiros, e na aquisição de motocicletas e motonetas de fabricação nacional pelos motoristas profissionais de que trata a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros "mototaxista", em entrega de mercadorias, inclusive por meio de aplicativos, e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", na condição de titulares de autorização, permissão ou concessão do Poder Público.			
29/09/2021	CD	PL 3337/2021	João Daniel	PT	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o vínculo empregatício entre as empresas operadoras de aplicativos e os trabalhadores que exercem as atividades de transporte de passageiros ou entrega de mercadorias.	Aguardando designação de relator na CDE - Apensado ao PL 5069/2019	Ordinário	Regulação
09/11/2021	CD	PL 3935/2021	Alexandre Frota	PSDB	Estabelece o vínculo empregatício entre os motoristas de aplicativos e as plataformas que exercem sua atividade laboral e dá outras providências.	Aguardando designação de relator na CDE - Apensado ao PL 5069/2019	Ordinário	Regulação

30/11/2021	CD	PL 4210/2021	Eduardo da Fonte	PP	Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência da isenção de IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, conforme dispõe a Lei nº 8.989/1995 e dá outras providências	Aguardando designação de relator na CPD. Apensado ao PL 3235/2021.	Ordinário	Tributação
01/12/2021	CD	PL 4246/2021	Otávio Leite e outros	PSDB	Obriga a contratação de seguros de vida, acidentes pessoais e assistência funeral em benefício dos entregadores de mercadorias que se utilizam de motocicletas, motonetas e patinetes elétricos ou bicicletas.	Aguardando designação de relator na CDE, apensado ao PL 3954/2020	Ordinário	Trabalhista
09/02/2022	CD	PL 197/2022	Eduardo Bismarck	PDT	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir na isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, a aquisição de motocicletas ou motonetas de fabricação nacional pelos motoristas profissionais de que trata a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.	Apensado ao PL 3685/2015. (O PL Principal 5773/2009) ta pronto pra pauta de Plenário	Urgência	Tributação
10/03/2022	CD	PL 535/2022	Alexandre Frota	PSDB	Dispõe sobre vale combustível para pessoas de baixa renda e demais categorias e da outras providências Obs: Contempla pessoas que utilizem veículo e precisam de combustível para exercício de atividade profissional, tais como os motoristas por aplicativo	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Ordinário	Combustível e gás
22/03/2022	CD	PL 662/2022	Christino Aureo	PP	Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021 que institui o	Aguardando Designação de Relator na Comissão de	Ordinário	Combustível e gás

					<p>auxílio Gás dos Brasileiros e dá outras providências.</p> <p>Obs: aplica o benefício á famílias "que tenham entre seus membros residentes no mesmo domicílio os profissionais autônomos do transporte individual; caminhoneiros; taxistas; motoristas de aplicativos;"</p>	Finanças e Tributação (CFT)		
04/04/2022	CD	PL 805/2022	Alexandre Frota	PSDB	Ficam obrigadas as plataformas digitais de entrega de qualquer tipo de mercadoria a realizar o registro na Carteira de Trabalho, com todos os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Apensado ao PL 6015/2019. Aguardando parecer na CDE.	Ordinário	Regulação
04/04/2022	CD	PL 807/2022	Maria do Rosário	PT	Estabelece medidas de prevenção e combate ao trabalho infantil em empresas de aplicativos de entregas ou transporte e dá outras providências.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Ordinário	Trabalhista
06/04/2022	CD	PL 858/2022	Mauro Nazif	PSB	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF nas operações de aquisição e financiamento de veículos para utilização nas atividades profissionais exercidas nos termos da Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018 (transporte por meio de aplicativos) e dá outras providências.	Apensado ao PL 5558/2020. PL principal 5773/2009 está pronto para pauta de Plenário.	Urgência	Tributação
05/05/2022	CD	PL 1133/2022	Alexandre Frota	PSDB	Ficam obrigadas as plataformas digitais de entrega de qualquer tipo de mercadoria que se utilizam	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de	Prioridade	Dados e identificação

					de mochilas, malas ou outros materiais para transportes de mercadorias, a fazer constar visivelmente a identificação do entregador e dá outras providências.	Cidadania (CCJC). Apensado ao PL 5214/2016. PL principal: PL 8450/2017		
01/09/2021	SF	PL 3055/2021	Acir Gurgacz	PDT	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 para dispor sobre as relações de trabalho entre as empresas operadoras de aplicativos ou outras plataformas eletrônicas de comunicação em rede e os condutores de veículos de transporte de passageiros ou de entrega de bens de consumo, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura	Arquivado	Regulação
16/08/2021	SF	PL 2842/2021	Angelo Coronel	PSD	Estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor.	Aguardando designação de relator na CTFC	Ordinário	Regulação
01/04/2022	SF	PL 800/2022	Mecias de Jesus	Republicanos	Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador de plataforma de serviços de intermediação digital.	Aguardando designação de relator na CAS	Ordinário	Trabalhista
30/03/2022	SF	PL 759/2022	Zequinha Marinho	PL	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos para uso profissional por motoristas de aplicativos (de transporte remunerado privado individual de	Aguardando despacho.	Ordinário	Tributação

					passageiros), mototaxistas e motoboys.			
08/03/2022	SF	PL 471/2022	Alessandro Vieira	Cidadania	Institui o Auxílio Combustível Brasileiro (ACB) destinado a atenuar os custos da aquisição de combustíveis por motoristas profissionais autônomos e para famílias de baixa renda.	Aguardando recebimento de emendas e designação de relator na CI	Ordinário	Combustível e gás
13/05/2022	SF	PL 1248/2022	Randolfe Rodrigues	Rede	Institui isenção de taxas referentes à renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) às pessoas que especifica.	Aguardando despacho.	Ordinário	CNH
03/05/2022	SF	PL 1098/2022	Giordano	MDB	Dispõe sobre a identificação dos entregadores de empresas de aplicativo de entrega e de empresas com serviço próprio de entrega.	Aguardando designação de relator na CAS	Ordinário	Dados e identificação